

2. A Musa, o Elefante e os Livros.

Lisboa, 1513. É a primeira vez que um rei da Dinastia de Avis entra na cidade cavalgando não em um cavalo, mas sobre um elefante branco cujo nome era Hanno. O cortejo segue pelas ruas lisboetas, sob aclamações e ovações daqueles que, entre nobres, cortesãos, eclesiásticos, oficiais mecânicos, marinheiros, pobres pardos e brancos, negros de Angola, escravos ou forros, judeus, mouros, estrangeiros de todos os lugares, acompanham o rei D. Manuel I e sua corte de animais exóticos. Além do elefante branco, os documentos narram a presença de espécies exóticas como zebras, macacos, aves de todos os tipos e tamanhos, acompanhados por adestradores indianos e uma corte de 143 pessoas, entre hindus, malaaios, portugueses e africanos. A festa segue o cortejo e o cortejo celebra o Rei e suas relações marítimo-comerciais com o Oriente¹.

Há pouco, Afonso de Albuquerque havia conquistado, após diversas batalhas, a primazia no trato das especiarias na Costa do Malabar, na Índia, com a tomada de Goa (1510), Malaca (1511) e a entrada nas ilhas Molucas (1512), além de conseguir bloquear as investidas arábico-persas no Golfo, ao estabelecer feitorias nas importantes cidades de Ormuz e na ilha de Socotorá (1509). Celebrava-se, portanto, não o Rei, mas Portugal. Os folguedos permanecem, mesmo após o monarca se recolher no Palácio da Ribeira. E considerando o que os estudos sobre festas régias têm a nos dizer sobre o período, a pompa e os gastos com a travessia do Rei em seu elefante poderiam ter custado até mais do que convencionalmente a Câmara de Lisboa estaria acostumada a pagar por tais festejos. É impossível, no entanto, recuperar os efeitos de sedução e autoridade visuais que devem ter emanado da cena delirante de um rei português empoleirado sobre um paquiderme.

Entre os convivas, que festejavam a glória do Rei e do país, era possível que um jovem cavaleiro, na ocasião, servindo de pajem do Príncipe Herdeiro, João de Barros, vislumbrado com tamanha efeméride, tivesse lhe ocorrido escrever uma novela de cavalaria. Cinco anos após a cena com o elefante Hanno, João de Barros ofereceria a D. Manuel I a *Crónica do Emperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem*. Em pouco tempo, aquela imagem de um jovem, de

¹ Ver GÓIS, Damião de. *Chronica do felicíssimo El-Rey D. Manuel*. Lisboa: Em casa de Francisco Correa, 1566-1567, Parte 3, Cap. IV, fl. 99, p. 588.

aproximadamente vinte anos, deslumbrado com a glória régia e seu aparato lúdico— e tendo em vista sua proximidade ao Príncipe, futuro monarca, João III – se tornaria um dos mais ilustres letrados do período Quinhentista, autor da prestigiada crônica dos feitos portugueses, a *Ásia*.

Mas, retornemos à cena de 1513, ao Rei e seu elefante, presente generosamente oferecido pelo sultão de Cochim ao *felicíssimo* rei cristão. A cena não termina em Lisboa, pelo contrário. A celebração imperial tem sua continuação em outro cenário. Durante semanas, Hanno, o elefante, peregrina por terras desconhecidas. Seu destino é a Cidade Eterna. Em Roma, a analogia estendida do Rei de Portugal é continuada – sempre extensivamente, ou seja, preenchendo os territórios do sentido com uma imagem analógica da Majestade – e, Hanno, surge como metáfora de um império cristão no além-mar.

Na *Historie delle Indie Orientalli*, do padre jesuíta Giovanni Pietro Maffei, de 1589, o alvoroço provocado pela chegada da embaixada portuguesa e seu paquiderme em Roma assim se descreve:

Estava à porta [para os receber], coberto por um dossel mui grande, o Papa adornado com grandes pedras preciosas e paramentos pontifícios, os quais com muitos artifícios nos tecidos, parecia a imagem de Cristo, e de Santos, com ornamento de ouro, e de pele, e de pedras preciosas e maravilhoso esplendor, tal qual, aqueles que entendem destas coisas, nos disse ser algo ‘para nunca mais se esquecer no Vaticano’. Vinha à frente uma pantera, animal vindo da Pérsia, muito desejada na festa e nas casas dos Romanos antigos, a qual é maravilhosamente veloz, e andava próxima a um cavalo bem ornado, trazido por um cavaleiro, onde ela corria, sob o aceno do dito cavaleiro, sendo aplaudida por todos. Vinha também um elefante, sob o qual se colocara uma torre que trazia o Governador e um soldado indiano com fornecimento de ouro. O elefante era amestrado e acostumado a fazer muitas coisas, e com um aceno, ajoelhava-se para adorar o Príncipe, e dançava ruidosamente ao som do píforo, e pilheriava com a tromba grande, enchendo de água e depois, subitamente, aspergindo-a sobre os espectadores. Pouco depois foi enviado a Roma um rinoceronte, animal jamais visto na Itália a muitos séculos, o qual, ao lado do elefante, com o qual mantinha uma inimizade mortal, representava ao povo Romano o espetáculo de uma antiga magnificência [trata-se na verdade de uma modalidade de luta entre animais, descrita em bestiários da Idade Média] (MAFFEI, 1589: 90)².

² O episódio segue narrado em diversas outras fontes do período, como, por exemplo: OSÓRIO, Jeronimo. *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitanae invictissimi virtute et auspício gestis libri duodecimi*, Lisboa, 1571, Livro X, com tradução portuguesa por Filinto Elísio. *Da vida e feitos del Rei D. Manuel, por Jeronimo de Osório, traduzido por Pe. Francisco Manuela do Nascimento*. Lisboa: Civilização-Porto, vol. 2, 1994, pp. 127-132. Ver também DAVIS, Natalie Zemon. *Trickster Travels. A Sixteenth century muslim between worlds*. Nova Iorque: Hill and Wang, 2006, p. 3.

De fato, as narrativas históricas do século XVI estão repletas de situações como essa. Visavam ilustrar, por um lado, as feições materiais das conquistas marítimas, jogando com a curiosidade e o gosto do público cortesão no que dizia respeito às maravilhas vindas do Oriente e, por outro lado, jogavam com o próprio discurso político implicado nas narrativas, procurando, por meio do recurso alegórico e descritivo, representar o poder régio, segundo normas e convenções codificadas nas retóricas, para assim tornar presentes a glória evanescente das efemérides, as quais se esperava revestisse de poder a pátria portuguesa. Tratava-se, portanto, de um efeito extensivo que se pretendia durar, quando escrito nas letras, e intensivo, mais imediato, como no caso de Hanno, cuja presença em Roma marcava alianças políticas nem sempre estáveis entre o Papado e Portugal. Dir-se-ia que a grandiloquência do evento-Hanno³, como sugere Giuseppe Marcocci, era uma maneira sutil de D. Manuel exercer influências diplomáticas sobre o Papa Leão X, em assuntos delicados de Estado que ainda estavam por se resolver.

A Musa, isto é, as letras da história de Quinhentos, tem uma relação de contiguidade e continuidade lógica e moral com o Elefante, isto é, a *efeméride*. Como lembraria João de Barros, no prólogo de sua *Década primeira da Ásia* (1552), citando Platão: “Os caracteres das letras foram inventados para que se perpetuassem os feitos na memória”, os quais se esfumariam tão logo fossem vistos ou ouvidos caso não houvesse quem os escrevesse em benefício da perpetuidade. O historiador quinhentista, no sentido que a poética narrativa das crônicas sobre as conquistas estabelecia, teria sido menos um agente de propaganda moral e ideológica – como é recorrente dizer-se nos textos de referência sobre o período – e mais bem um colecionista de exotocidades, um boticário de palavras e exemplos e, por fim, um gravurista do “mundo inteiro”.

Gostaria de dizer com isso que, embora as narrativas apresentem vieses imperialistas, abertamente partidários de determinados agentes coloniais em detrimento de outros e, mesmo que investisse em malabarismos retóricos para

³ O ano de 1515 marca o que denomino de evento-Hanno, o que traça o encontro entre Oriente e Ocidente de maneira teatral e lúdica, fenômenos típicos da representação no século XVI. Visto como um processo de movimentação rápida de sujeitos e objetos ao redor do mundo, de um “entretecer” de mundos e discursos, que seriam preenchidos pela “enxurrada de livros” de história (João de Barros), cabe lembrar que o ano de 1518, portanto, três anos após a melancólica morte de Hanno em uma *menagérie* no Vaticano, marca a entrada de al-Hasan Ibn-Mohammed Al-Wezaz Al-Fasi, no cativo de Roma, mais tarde batizado e consagrado na historiografia como Leão Africano.

supervalorizar aspectos não factíveis, as condições de operadores discursivos da realidade dos textos do século XVI e XVII não merecem serem julgadas por tais critérios⁴. Pois, o aspecto qualitativo desses textos consiste em produzir um “acreditar” na história que se lia, conjugando o *verdadeiro* das “histórias verdadeiras”, mediante uma espécie de encenação moral e interessada da imagem total da própria sociedade. As letras e nelas penso especificamente nas crônicas, participam afetiva e efetivamente de um duplo domínio da linguagem: normativo-afetivo e lógico-lúdico.

Como o evento-Hanno, a *Ásia*, de Barros-Couto, ou a *História da Conquista da Índia pelos Portuguesas*, de Fernão Lopes de Castanheda, ou as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, carregam pressupostos éticos inamovíveis das estruturas morais de determinação dos lugares sociais dentro do império – isso porque as histórias podem prescrever comportamentos -, mas também carregam uma conexão lógica e dialógica com o festim – a ludicidade –, porque representam a linguagem das formas hierárquicas com as quais a consciência de pertencimento a um estado ou lugar social poderia ser apreendida.

Em se tratando de sociedades como as de Quinhentos e Seiscentos, nas quais os laços sociais, determinados e hierarquizados naturalmente pela concepção da ordenação da compleição do mundo pelo Criador, i.e., a linguagem, ou a forma específica de comunicação política que nela se apresenta, não pode se dissociar dos instrumentos que afirmam o poder como instituído pela graça e vontade divinas, que, por sua vez, são extensivos aos modos de coesão da comunidade, entendidos aristotelicamente como seres gregários, cuja ligação, sendo firmada em relações de afeto, inter e intrapessoais, se revelam estáveis ou instáveis, de acordo com o uso próprio da linguagem.

Desse modo, as letras da história podem ser compreendidas como os conectivos de uma gramática comunicativa do poder e do conhecimento que,

⁴ Lembro, apenas de passagem, que a historiografia portuguesa sobre as crônicas de Quinhentos, tem ganhado novo fôlego, desde os finais do Salazarismo em Portugal. Nos últimos quinze anos, inúmeros artigos publicados têm procurado reavaliar os cronistas do ponto de vista da História Intelectual e Cultural. Sanjay Subramanyan tem exercido considerável influência sobre os estudos do período, adotando a perspectiva da “história conectada” e se mostrou fundamental para esta tese. Por outro lado, a influência de “quadros nacionais” e da “identidade”, permanecem como elementos restritivos a um estudo mais abrangente das concepções de história partilhadas nos Quinhentos e Seiscentos.

negociando com o visível e o não mostrado da cultura, intermedeiam os signos e os significados, produzindo efeitos de verdade, em um mundo no qual razão e emoção não são fenômenos antitéticos. A bem dizer, antes que se pudesse verificar a emergência do aparato moderno e erudito do método histórico, a linguagem dos historiadores dispunha de outros critérios e especificidades, na qual a palavra escrita produzia efeitos de sentidos mais afinados às crenças – e àquilo que de imutável se acreditava possuir o mundo – do que à sua contrariedade.

A essa altura, será possível adiantar aquilo que se passará em debate mais a frente: as crônicas de Quinhentos representam um tipo de exercício da historiografia em que as consequências afetivas e patéticas da audiência dos livros, para ser bem sucedida, reclama sua concatenação imediata com as normas inventivas e éticas da historiografia, ou seja, aqueles atributos que se encontram associados a eventos exteriores ao autor, moralidade e reputação, bem como engenho e talento, ao mesmo tempo que dissemina informação sobre o passado e o presente. É uma associação feliz desses atributos produz efeitos de exemplaridade e garante que a leitura deleite ensinando. Trata-se de um esquema de narrativas onde o excesso e o comedido se preenchem mutuamente, fazendo dos enunciados antes da *realidade efetiva das coisas*, a origem e consequência da veracidade das histórias.

2.1. A sagração da primavera do Rei.

Nenhuma cousa desta vida humana é tão aproveitável aos viventes que lembrança e memória dos bens e males passados, pera do mal nos guardarmos, regendo a vida pera n'elles non cairmos, segundo os bons fizerão; e dentro nalma mui puro amor, e viva lembrança n'aquelle alto Deos, que lh'aprouve padecer por salvação do mundo, com inteira crença que se bem obrarmos nos dará Glória aeterna, e aos que d'esta lembrança carecermos condenação sem fim. Polo que piadosamente se pode crer que ante Deos terão merecimento os que boas cousas escrepverem. Não falo da Sagrada Escritura que He a estrada de nossa salvação, somente digo de bons e virtuosos feitos dos passados, cujas memórias e lembranças, recolhem o fruto de seus contentamentos. De que alguns tanto gostarão, que houverão por riqueza ter grande livraria, somente polo gosto que tomarão de ler e saber cousas passadas (CORREIA, 1561: 30).

Gaspar Correa (1495-1561), cronista da Índia portuguesa, ao iniciar o prólogo de seu manuscrito *Lendas da Índia*, não deixava de notar a força pragmática das histórias de ultramar, corroboradas em dois aspectos fundamentais: a

conservação de “bons e virtuosos feitos dos passados” e sua capacidade instrutiva, por meio das quais as letras da história logravam instruir o entendimento da recepção, incidindo sobre esta a partir da mimesis do caráter dos personagens desenvolvidos nas narrativas. Por isso, para garantir que as letras estivessem à altura do tema e que os ânimos do público fossem compatíveis com o tipo de ação heroica narrada, sintetizava seu pensamento observando, por similitude e comparação, que a eficácia dos valores morais evocados na história compreendia, no âmbito das ações e desejos mundanos, potência semelhante àquela das Sagradas Escrituras. Para o cronista, as histórias buscavam ensinar e remediar os males dos vícios, iluminando e revelando o caminho virtuoso com que as gentes das Índias deveriam se conduzir nos negócios públicos da Coroa.

Não apenas porque assim não procedessem, mas mais importante ainda, porque pareciam se recusar a fazê-lo, desviando-se ora do zelo à fazenda do reino, ora à correta razão cristã, Gaspar Correia, assim como outros cronistas e observadores que acompanharam o processo de colonização portuguesa na Ásia escrevia, em seguida, justificando as desordens em que se encontravam os negócios portugueses e o ocaso das letras que se seguia a isto:

Tomei este trabalho com gosto, porque o começo das cousas da Índia forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaxo o ferro que depois descobrirão; e prosseguindo eu minha teima fui avante, porque não perdesse o que tinha trabalhado. Crecerão males, mingoarão os bens, com que quase tudo se tornou vivos males, com que o escritor delles se pode chamar com razão praguejador, e não bom escritor de tão illustres feitos e accimentos no descobrimento e conquista de tantos reynos e senhorios, em que os feitos dos Portuguezes parecem mais milagrosos que per outra nenhuma razão, com tão gloriosas honras acabados, como Nosso Senhor por sua grande misericórdia os quis dar em nossas mãos, acabados como hoje em dia aparecem (CORREIA, 1561: 31)

Nem todos os cronistas dos feitos portugueses no Oriente, no entanto, concordavam com a perspectiva providencial e fatalista de Gaspar Correa. Ao longo do século XVI, a mudança de orientação que transfere o olhar do cronista da história como celebração imperial para a história como compêndio das causas da decadência dos portugueses em suas possessões orientais revela, por outras vias, narrativas que ilustravam ampla corrupção moral dos agentes públicos envolvidos na

administração pública⁵. O que não significa que estas críticas não estivessem muitas vezes enunciadas segundo os padrões de convenção das práticas letradas e retóricas da época. Não havendo uma detração por parte disso, mas uma enunciação que não apenas dizendo do estado geral e empírico das coisas da Índia, emulava os princípios da invenção própria do gênero epidítico. Tal correlação entre retórica e evento, como diz João Adolfo Hansen, evidencia formas de representações miméticas, que não se realizavam sob o ângulo da representação realista da história, senão que como imagem e emblema das concepções do tempo enquanto repetição e, portanto, garantia do serviço pragmático das histórias para a formação moral do público, e como evidência e vestígio da divindade cristã no curso dos acontecimentos terrenos.

O que, por um lado, permitia que tanto Gaspar Correa quanto Diogo do Couto percebessem, igualmente, vestígios de ações concretas de Deus no “crescimento dos males” e “mingoamento dos bens”, de que se servia Portugal, quanto, igualmente, se distanciassem, observando cada um ao seu modo, a culpa dos próprios indivíduos pelos castigos lançados sobre a Índia. Correa, como demonstrado acima, simula posição intermediária entre a aceitação do fado e as consequências da ruptura moral do processo de colonização português, mediando seu diagnóstico com a indicação de uma agência abstrata e punitiva, pelo qual se perdia de vista a perspectiva mais geral dos eventos. Postura que, certamente, dizia da escolha de isentar-se de conflitos maiores com autoridades locais e da Coroa, a quem cabia o beneplácito dos encargos de custeio das letras. Ainda assim, o cronista defende a verdade de seus escritos, apelando não à aquiescência régia, mas à divina,

A só Deos m'encomendo me queira ajudar com a tenção de meu desejo e vontade, que toda offereço a seu santo serviço e louvor, e da sua santa misericórdia alcance meus dias acabar em seu santo serviço, e esta obra na inteira verdade, sem algum defeito da minha consciencia, escrever e acabar, porque se dos mortos alguma má falsidade se escrevesse, seria grande encargo meu, e accusação ante o senhor Deos (CORREIA, 1561: 32).

Já em *O soldado práctico* (1612), Diogo do Couto, todavia, tinha observado que o declínio da empresa lusitana vinha acompanhado de mesma intensidade nas

⁵ Sobre a categoria “celebração imperial” na historiografia portuguesa quinhentista, ver SOUZA, Bruno Omar. “Os lugares-comuns da história na crônica portuguesa do século XVI”, *Revista Ultramares*, 2016, n.9, vol. 5, pp.150-173.

atividades cívicas dos súditos de sua majestade. Conquanto estes fatos negativos acarretassem em descrédito para os letrados, Couto escrevia: “consolo-me que a Índia padece tantos naufrágios e tribulações, que é justo que o cronista seu corra com ela mesma fortuna”⁶.

Cronista da Ásia portuguesa, assim seguindo os caminhos anteriormente traçados por seu antecessor no ofício das letras, João de Barros, Couto se considerava injustamente perseguido pelas autoridades lusas, injustiçado na distribuição das benesses e mercês, da qual não saíra beneficiado com nenhuma distinção nobilitante, fato que, por si mesmo, corroborava a função do letrado como sujeito prático, exercitado nas artes e nas letras, qualificativos que, no conjunto das práticas quinhentistas e seiscentistas portuguesas, o habilitariam à ascendência social, invertendo, desta maneira, as convenções éticas implícitas às práticas letradas e ao reconhecimento que delas se fazia, nas quais suas posições encenavam o mérito ou demérito, sendo postas “como representação” e “pela representação” da subordinação ao bem comum do Império⁷.

Fazendo entender aos leitores de sua crônica, a *Ásia*, que uma enorme distância entre Portugal e suas colônias separavam a ambas, transformando as possessões ultramarinas em locais propícios ao desprezo pelo bem comum, pelas virtudes e pelo reconhecimento daqueles súditos que lavravam as letras da terra, Couto informava da pouca observação desses preceitos de decoro de que gozavam os letrados locais, invertendo, pois, a própria imagem da ordem necessária ao bom funcionamento da *res publica*. O lugar ocupado pelo cronista que lavra as letras da terra não apenas metaforiza uma ocupação na administração pública dos negócios coloniais, mas subscreve uma posição não-metafórica, geográfica e política do letrado no *orbe* lusitano. Ingratidão, recordava o cronista, pela falta de reconhecimento de seus préstimos em preservar a memória dos passados e pela lentidão com que Lisboa se fazia diligente na publicação de suas obras, fato

⁶ COUTO, Diogo do. *Observações sobre as principais causas da decadência dos Portuguezes na Ásia, em forma de diálogo, como o título de Soldado Prático* [1612]. Lisboa: Officina da Real Academia de Sciencias, 1740.

⁷ HANSEN, João Adolfo. “Barroco, neobarroco e outras ruínas”, *Revista Destiempos*, México, Distrito Federal, Ano 3, n.14, 2009, p. 167.

incontestemente para muitos de seus biógrafos, e reiterada em carta do cronista ao governador da Índia, Francisco da Gama⁸.

A posição exógena do letrado, diante das circunstâncias da administração colonial, dramatizadas conforme as regras da eloquência e do decoro, nas crônicas e nas sátiras publicadas, procurando informar da ausência de diligência dos ultramares na administração da justiça e da fazenda dos negócios comerciais, situavam a escrita da história no seu papel memorialístico e moral, como instrumento para a regeneração do império. Exercitava-se, portanto, as letras do ajuizamento moral, no que simulava, por meio dos instrumentos retóricos pertinentes ao gênero de discurso das histórias, uma igualdade de lugar, a partir da qual o historiador, juiz dos acontecimentos e moralizador dos costumes, representava-se como indivíduo superior, digno do ofício, prudente, decoroso e versado nas artes e no entendimento racional das coisas públicas do reino. Deste modo, não destoava da perspectiva barroca do final do século XVI, que, percebendo nas ruínas da máquina do mundo que encenavam o fado dos homens, destinava as letras profanas à tarefa prática do ensinamento da reta razão e ao exercício áulico do fornecimento de subsídios morais para o exercício da política e do entendimento.

A necessidade de acesso aos favores da administração régia não era fato circunstancial para o benefício dos letrados. Entre fins da Idade Média e o início da formação dos Estados nacionais europeus, a ligação estabelecida entre poder mandatário e letras circunscreveu diversos programas políticos que, ao mesmo tempo que negavam o florescimento de certa autonomia literária mais heterodoxa, se engajavam em um amplo financiamento das atividades letradas e burocráticas, fenômeno correspondente, em parte, ao processo de polimento das estruturas culturais das cortes europeias, em parte ao florescimento dos estudos de retórica e poética, que passavam a exigir da nobreza e daqueles em exercício de atividades na administração pública um maior grau de domínio das regras de convivência, de dissimulação e de representação⁹.

⁸ MARTINS, António Coimbra. *Em torno de Diogo do Couto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1995.

⁹ Ver, por exemplo, KAGAN, Richard. *Clio and the Crown: The politics of History in medieval and early modern Spain*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009; MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: Editora da UFF, 2010; SPIEGEL, Gabrielle. *Romancing the past. The rise of vernacular prose historiography in Thirteenth-century France*. Califórnia: University California Press, 1993; SARAIVA, Antônio. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: GRadiva, 1988; BUESCU, Ana Isabel. *Ensaio sobre memória e poder*

Desde o século XV, em Portugal, o empenho dos príncipes de Avis havia fornecido as condições práticas para o efetivo exercício das letras, sobretudo, da historiografia. Nos reinados de D. João I (1383/85-1433), D. Duarte (1433-1438), o Infante D. Pedro (1439-1448), D. Afonso V (1448-1481), D. João II (1481-1495), D. Manuel (1495-1521) e D. João III (1521-1557), a regularização e sistematização das atividades literárias permitiu o desenvolvimento de uma historiografia contínua, vinculada a um projeto de legitimação dinástica, cujo objetivo inicial, o de introduzir a história antiga de Portugal sob a perspectiva avisina¹⁰, fundada no reinado de D. João I, filho bastardo de D. Pedro I (1357-1367), acompanhava o curso dos acontecimentos e das mudanças no horizonte político de uma monarquia que deslocava seu olhar da terra para o mar.

Dessa tradição longeva, à qual a crônica portuguesa pertence, cabe destacar as mudanças passadas na formação e reprodução do gênero, subsidiado pelo patrocínio real, que conformava uma disponibilidade específica para as letras da história, destarte vinculadas ao projeto de reinado de cada príncipe. Aproximação entre poder e letras que, ensejando disputas entre a nobreza da terra, o poder monárquico constituído, a elite episcopal e as instituições monásticas pelo discurso histórico capaz de “perpetuar no futuro as memórias passadas”, mostram contradições e inflexões do gênero nas letras portuguesas, em inúmeras ocasiões, mitigadas pela historiografia do tema¹¹.

(séculos XV-XVI). Lisboa: Edições Cosmos, 2000; CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais, 2007.

¹⁰ Para Isabel Barros DIAS, a crônica portuguesa do século XIV e XV constituiu-se a partir e no interior da textualidade da *Estória de Espanha*, organizada e mandada escrever por dom Afonso, o Sábio. Tanto na *Crônica de Espanha de 1344*, quanto na famigerada *Crônica de Vinte Reyes*, a primeira narrando à versão portuguesa e a segunda uma tradução galega, sua interlocução se daria com a crônica afonsina, inclusive se arrogando à pertença à tradição letrada daquele rei. Além disso, fornece elementos ricos ao esclarecer que a *Crônica de Espanha de 1344* seria uma versão portuguesa da história do Reino quando de sua formação enquanto território livre, alcançado mediante guerras sangrentas com os mouros. Se, para os redatores da *Crônica*, Portugal surgira de uma conquista, por sua vez, para espanhóis, o pequeno reino não teria sido senão uma dádiva real. O argumento espanhol, reforçando os laços de irmandade com Portugal, abastecia a lógica de que os portugueses deviam vassalagem àqueles. Do lado português, o argumento garantia a autonomia política do reino, inclusive enfatizando diferenças culturais que informam que o reino não descendia do tronco genealógico espanhol. Ver DIAS, Isabel Barros. *Metamorfozes de Babel. A historiografia ibérica (séculos XIII-XIV): construções e estratégias textuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

¹¹ QUEIMADA E SILVA, Tiago João. “Chronicle-Composition in Medieval Portugal. A general Outline”, *Mirator*, n. 15, v. 1, 2015, p. 33.

Desde o século XIII, as crônicas hispânicas eram escritas em vernáculo, tendência seguida pelos ordenamentos dados aos cronistas da casa portuguesa e que se acentuou no século seguinte com a criação dos cargos de cronista-mor do reino e de guarda-mor, com o qual se estabelecia o arquivo geral da administração régia com sede na Torre do Tombo, em Lisboa. Ambos os cargos foram confiados a Fernão Lopes que, sob o reinado de D. Duarte e seus sucessores, escreveu as crônicas da Casa de Avis, em três partes: a *Crônica de D. Pedro*, a *Crônica de D. Fernando* e a *Crônica de D. João I, de boa memória*, todas escritas entre 1434 e 1443.

Embora uma revisão exaustiva da historiografia do período conclua uniformemente a importância das atividades de Lopes para a formação de uma linguagem histórica da cronística medieval portuguesa¹², a fortuna de “poer em caronyca a estória dos Reys que antigamente em Portugal foram E esso mesmo os grandes feytos e altos do muy vertuoso E de grades vertudes El Rey meu senhor e padre cuja alma deus aja”, como afirma no prólogo da *Crônica de D. João I*, esbarrava em questões próprias do presente de sua escrita, questões de cunho político que o levariam, segundo Maria do Amparo Tavares Maleval, a ser afastado dos cargos, em 1454, no início do reinado de D. Afonso V, sob a alegação de ser “velho e flaco que per ssy nom pode bem servyr o dito offiço”¹³, sendo substituído nos ofícios de cronista e guarda-mor, por Gomes Eanes de Zurara.

Nas crônicas de Lopes, há uma desestabilização da economia discursiva medieval de base moral e religiosa, em que as condições sócio-políticas nas quais escrevia o cronista exigiam dele, na condição de cronista-mor do reino português e, portanto, vassalo da nova dinastia, uma postura judicativa de demonstração da legitimidade da ruptura institucional seguida à Revolução de Avis, na qual se

¹² Ver, por exemplo, COSTA LIMA, Luiz. “A crônica medieval e a originalidade de Fernão Lopes”. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, pp. 21-34; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006; SARAIVA, Antonio. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988; LAPA, Rodrigues. *Historiadores quinhentistas portugueses*. Lisboa: Serra Nova, 1972; MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: Editora da UFF, 2010; ARAUJO, Valdeí Lopes de; GIANEZ, Bruno. “A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes”. In: *Fênix. Revista de história e estudos culturais*, vol. 3, ano III, n. 2, 2006; DIAS, Isabel Barros. *Metamorfoses de Babel. A historiografia ibérica (séculos XIII-XIV): construções e estratégias textuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

¹³ Carta régia de D. Afonso V, datada de 6 de junho de 1454. In: *Chancelaria de D. Afonso V*, fl. 30, Livro 10°. Apud FREIRE, Anselmo Braamcamp. Introdução a Fernão Lopes. *Crônica de D. João I*. Primeira Parte. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, p. 58.

disputava a sucessão monárquica em Portugal, entre dois partidos: o partido do Mestre de Avis, futuro D. João I, e a Casa de Castela. A crônica é escrita quase cinquenta anos após decorridos os eventos, em contexto semelhante de crise dinástica, sob a regência do príncipe D. Pedro, de quem era simpatizante.

Nesse contexto, onde as turbulências civis aumentavam as contendas e discórdias entre os litigantes ao poder, a crônica de Lopes procurava abrigar duas formas de exposição da história: legitimação da nova ordem política com pacificação dos afetos do ódio e subsunção da narrativa ao escrutínio de fontes e testemunhas, no qual a linguagem da história rompia com os padrões convencionais e apoloéticos das narrativas do gênero, simulando, por meio de um exercício retórico de negação da eloquência, o ponto de vista do historiador que não conhecesse “afremosemtadas falssidades”, nem deixasse que os afetos da “mundannal affeiçom” obscurecessem a “simprez verdade”, com a qual se devia observar as narrativas.

Um exemplo da importância exercida pelos conflitos desse período para a configuração da estrutura monárquica de benfeitoria das letras e delimitação do campo temático que se seguiria ao exercício da historiografia é fornecido pelo historiador José Mattoso, para quem a formação da estrutura administrativa de Estado, durante o reinado dos príncipes de Avis, não significou a revanche de uma incipiente burguesia lusitana sobre a nobreza da terra – tese sustentada por várias gerações de historiadores portugueses -, mas a capacidade sem igual com que as cidades se sobrepuseram ao campo, com isso fazendo prevalecerem os interesses mercantis e bélicos de diversos atores do Estado, na realização dos primeiros empreendimentos marítimos alhures do reino¹⁴.

Algumas das situações indiciadas no período inicial dessa tentativa política de estabelecer uma corte de letrados em Portugal encontravam-se plenamente resolvidas entre fins do século XV e meados do século XVI. Nesse período, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina sucederam nas atividades práticas do cronicador, “poemdo em coronica” as atividades portuguesas no Norte da África. Vale lembrar que as atividades expedicionárias de portugueses e viajantes-mercadores de outras nações forneciam matéria para a atividade literária em diversos gêneros:

¹⁴ MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. 2. Lisboa: Editorial Espampa, 1995, p. 16.

como cartas, tratados descritivos das terras de África, dos costumes dos gentios, das condições do comércio, de descrições técnicas em tratados de marear, que buscavam informar o público europeu das curiosidades locais, dando base para o conhecimento das *terrae incognitae*, e que serviram de fontes para as crônicas do período. Chama a atenção que o modelo da crônica em emergência no período tenha como fator de aproximação desses livros e manuscritos que circulavam na Europa certa condescendência que não lhes poupava empréstimos, cópias, transliterações, às vezes de passagens inteiras.

A narratividade adquirida pelo gênero no fim do medievo exigia que o texto não viesse a compor tão somente um relato cronológico e factualmente conscrito às façanhas dos reis, da nobreza ou dos eventos mais marcadamente importantes do calendário sacro e profano. Na análise do historiador Louis Green, a constituição de tal estrutura narrativa, exigente de um marco distintivo da crônica em relação aos anais e a cronologia, por exemplo, consistia em algo bem mais complexo do que uma mera distinção formal entre maneiras de se escrever histórias.

Segundo o autor, os cronistas adotavam uma postura explicativa que, consciente de suas diferenças com a concepção de mundo e história medievais, buscavam, dentro dos termos da *inventio* e da *narratio*, indicar o sentido subjacente aos acontecimentos, cumprindo com o imperativo moral da cultura do período, que era fazer com que as histórias servissem à instrução e à experiência do público, em serviço dos negócios públicos. Perspectiva que, ao invés de recuar diante da cosmologia medieval, operava lendo os signos do mundo da experiência, incorporando e traduzindo formas e eventos sob o mesmo fundo de interpretação providencial.

One senses of the chronicles of this period something more than the usual medieval predilection for the accumulation of factual information, although this of course is there, and something different from, say, Otto Freising's Augustinian rejection of the semblances of earthly things for the eternal verities of Christianity: there is evident in them an effort to use their interpretation of the detail of historical occurrence to draw the world of their own experience within the sanctioned scheme of the medieval universe (GREEN, 2008: 4)¹⁵.

¹⁵ “Uma das características das crônicas desse período era sua predileção por ir além da atitude medieval habitual voltada para a acumulação de informação factual, embora isso, naturalmente, permanecesse nestas crônicas. É algo diferente, digamos, da posição de Otto Freising quanto à rejeição agostiniana das aparências das coisas terrenas em relação às eternas do cristianismo: há evidências nesses textos, de um esforço para usar a sua interpretação do detalhe dos acontecimentos históricos para desenhar o mundo de sua própria experiência, dentro do esquema sancionado do

Eustache Delafosse, mercador, em 1479, em viagem à costa da África do Norte, partindo de Bruges, ao norte da Europa, informava sua audiência das “maravilhas” e “costumes” dos locais, com relativa preocupação quanto ao fornecimento de elementos linguísticos que denotassem, no contexto em que o autor funcionava como intérprete de uma cultura, a humanidade comum entre estrangeiros e os africanos. Em passagem em que descreve Serra Leoa, o informante define um glossário de sinônimos entre sua língua natal, o francês, e o dialeto da região.

En ce pays-la lês marchantz s'appellent *berenbucs*, l'or s'appelle *chocqua*; l'éau s'appelle *enchou*; vous soyez les biens venus, l'on y dict *berre bene*; et lês jeu d'amour, on y dist *chocque chocque*; *barbbero* c'est um enfant; *baa*, c'est blanc; *barbbero baa*, c'est um enfant Blanc; *toille*, c'est *fouffe*; *concque ronq*, c'est um poulet; *concque ronq agnio*, ce sont oefz; *borá* c'est um anneau a bouter au bras de letton; *dede*, c'est bon; *faniona* c'est mauvais, etc (DELAFOSSÉ, 1987:13)¹⁶.

Outros manuscritos conhecidos do público cortesão do período, como a *Andanças e viagens de Pero Tafur por diversas partes do mundo havidos*, de Pero Tafur, escritas entre 1437 e 1439; outros mais tardios, como o *Navegações de Luiz de Cadamosto*, de 1505, que contempla uma descrição dos costumes e geografia das terras africanas, assim como a tradução do *Belle navigatione et viaggi nelli qual si contiene la descrizione Dell'África*, de Giovanni Leão Africano, na segunda metade do século XVI, entre outros, indiciam algumas das características que passariam a servir de modelo aos cronistas. Entre tais relatos e as crônicas estabelece-se uma relação não apenas de intertextualidade, mas a condensação de uma maneira tópica de uso descritivo dos modos da terra, na qual paisagem e sujeitos são imagetivamente representados através de características idílicas,

universo medieval”. GREEN, Louis. *Chronicle into thr history. An essay on the interpretation of history in Florentine fourteenth-century chronicles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 4.

¹⁶ “Neste país, os mercadores ali são chamados *berenbucs*, ouro é chamado *chocqua*; a água benta é chamada *enchou*; seja bem-vindo, se diz *berre bene*; e o jodo de sedução, eles dizem *chocque chocque*; *barbbero* quer dizer um homem; *baa* é branco; *barbbero baa*, é um homem branco; o tecido se chama *fouffe*; *concque ronq* para se referirem a um alimento; *concque ronq agnio*, é som de *ouef*; *bora* é um anel da região Letônia, que eles carregam nos braços; *dede* é bom; *faniona* é ruim, etc”. DELAFOSSÉ, Eustache. *Voyage à la cote occidentale d'Afrique, em Portugal et en Espagne (1479-1480)*. Tradução minha.

definidos pela representação tópica de *locus amoenus* e de seu contrário, *locus horrendus*. Cadamosto, seguindo esses preceitos de representação, assim descreve os usos e costumes locais dos habitantes das ilhas do Norte da África:

De Tenerife, que he a maes habitada, se deve fazer particular memoria, pois he uma das mães altas Ilhas do Mundo [...]. Esta Ilha tem nove Senhores chamados Duques, mas não são senhores por maneira, que suceda o filho ao Pai; aquelle porém, que mais póde, esse he o Senhor; e fazem às vezes guerra entre si, matandose como feras. Não tem outras armas senão pedras, e paos a modo de dardos, na ponta dos quaes embutem um corno aguçado em vez de ferro [...]. Andão sempre nus, salvo alguns, que usão de pelles de cabra, huma por diante, outra por detrás [...]. Não tem casa de parede, nem de palha, mas habitam nas grutas ou cavernas dos montes [...]. Não tem nenhuma Religião, mas huns adorão o Sol, e outros a Lua; e tem novas fantasias de Idolatria (CADAMOSTO, 1505: 12).

Na descrição da passagem pelas ilhas Canárias, o viajante amplifica a representação negativa dos hábitos:

Tem os Canarios outro costume, e he; que quando o seus Senhores entrão novamente no Governo, offerece-se algum delles a morrer, para honrar a festividade, e caminhão todos para um certo Valle fundo, onde depois de feitas certas ceremonias, e ditas algumas palavras, aquelle que quer morrer pelo Senhor, se deita abaixo naquelle profundo Valle, e se faz em pedaços, ficando depois o Senhor obrigado a fazer mui grande honra, e beneficio a familia do morto. Todos dizem ser certo este costume bárbaro, e bestial; e os Christãos que lá tem estado prisioneiros, assim o afirmão (CADAMOSTO, 1505: 13).

A mesma relação de imagens fornece as razões pelas quais, na abertura da *Crônica da conquista de Guiné*, Gomes Eanez de Zurara defenda a continuidade da expansão portuguesa na África, argumentando sê-la positiva, em se tratar do ato de “salvação” daquelas “bárbaras nações”, evitando, por conseguinte, explicitar os motivos econômicos e não meramente religiosos, que levaram ao estabelecimento português na região.

Ouçõ as preces das almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infindo, cujas antigas gerações desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais lavadas na água do batismo, e ungidas com o santo óleo, soltas desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem sob a semelhança da claridade dos dias de seus antecessores. [...] e que fez isto senão largueza de tuas despesas, e o trabalho de teus servidores, movidos por

teu virtuoso engenho, pelo qual transmudastes aos fins do oriente as coisas criadas e feitas no ocidente (ZURARA, 1851: 49-50).

Em passagem de mesmo teor, mas seguindo direção diferente, João de Barros cita, primeiro os argumentos das gentes contrárias aos negócios africanos para, em seguida, refutá-los, mostrando os benefícios da empresa que, atravessando para além “do lugar que Deos deu por pasto dos brutos”, muito se aproveitou de suas riquezas e vassalos, confirmando, deste modo, que era a prudência do príncipe, metonímia de um projeto de Estado, que estava de acordo com a matéria de sua história e não a opinião comum dos contrários.

E quando quer que nesta terras de Guiné se achasse tanta gente como o Infante diz, não sabemos que gente he, nem o modo de sua peleja: & quando fosse tão bárbara como sabemos que he a das Canareas, a qual anda de penedo em penedo, como Cabras ás pedradas contra quem os quer offender: nõs que proveito podemos ter de terra tão esterele & áspera, & cativar gente tão mesquinha. Certo nós não sabemos outro, senão virem eles encarentar o mantimento da terra, & comerem nossos trabalhos: & por cobrarmos um comedor destes, perdemos os amigos & parentes. Estas e outras cousas dizia a gente n aquele tempo, vendo co quanto fervor, & desejo o Infante procedia nestes descobrimentos de Guiné: a qual conquista durou per espaço de doze annos, sem neste tempo algum de quantos navios mandou ousar passar o cabo Bojador (BARROS, 1628: 32).

Na *Iconologia*, de Cesare Ripa, de 1603, a História é representada através de uma figura feminina vestida de branco, que porta a mão um livro, no qual escreve, mantendo o olhar ligeiramente afastado para o lado esquerdo, contrário à posição daquele, tendo ao fundo a figura de Saturno, que lhe empresta as costas como apoio. A alegoria faz alusão à imparcialidade com que a História deve contar os acontecimentos pretéritos e sintetiza, imageticamente, uma concepção vigente nas crônicas. Na descrição que acompanha a figura, Cesare Ripa escreve:

História è arte, com la quale scrivendo, s'èsprimono l'attioni notabili degli huomini, division de' tempi, nature, e accidenti preteriti, e presenti delle persone, e delle cose, laquale richiede tre cose, veritá, ordine & consonanza. Si fa alata, essendo ella uma memória de coseguinte, degni de sapersi, la quale si diffonde per le parte del mondo, & scorre di tempo in tempo alli posteriori (RIPA, 1603: 268)¹⁷.

¹⁷ RIPA, Cesare. *Iconologia*, “História é arte, com a qual escrevendo se exprimem notáveis ações dos homens, divisão de tempo, da natureza, de aventuras passadas e acidentes pretéritos, do presente dos personagens, e das coisas. A qual requer três coisas, verdade, ordem e de consonância à coisa narrada. É [a História] alada, sendo ela, por conseguinte, uma Memória, digna do saber, que é transmitido pelo mundo, e que transcorre no tempo”, p. 268-269.

Alegoria da história, espécie de figura que procura “dizer de outro modo”, representando o universal pelo particular, que no ato sintético do representar, apresenta o conceito e a própria coisa representada. Três são as características imputadas à figura: verdade, clareza e verossimilhança, com as quais se deveriam ser escrita a história. Na doutrina retórica medieval, as três características eram conhecidas e lidas a partir de tratados como a *Retórica a Herênio*. Escrito entre os anos 86 e 82 a.C, o tratado, acompanhado da atribuição a Cícero, constituiu um legado da arte retórica, difundido, a partir do século IV, na patrística, por Jerônimo, Rufino e Prisciano¹⁸, e lido na Idade Média, ao lado de Aristóteles e Cícero, como compêndio das técnicas narrativas do orador.

Sobre as características do discurso, adaptadas ao gênero história na execução das regras da arte, o tratado prescreve que a narração seja “clara, breve e verossímil”¹⁹. Por clareza, prescreve-se narrar de maneira tal que, respeitando a ordem cronológica dos acontecimentos, os apresente tal como tiverem ocorrido ou como parecerão ter ocorrido. Por brevidade, aconselha-se a evitar aquilo que, sendo desnecessário à narração, pudesse interferir na atenção e, por conseguinte, na credibilidade do expoente, tornando difícil o entendimento da matéria. No que concerne à verossimilhança, trata-se de expor os acontecimentos segundo os costumes, a opinião e a natureza que, cabível à matéria, atenha-se “à duração do tempo, à dignidade dos personagens, aos motivos das decisões e às oportunidades de lugar”, de modo que a matéria se apresentasse credível²⁰. Regras que, combinadas com a premissa da verdade e da utilidade do gênero história, compunham as bases das quais dispunham os cronistas, para definirem a forma e modo dos relatos de acordo com as exigências próprias da arte retórica e da adequação da matéria nobre a ser historiada e a recepção.

¹⁸ PSEUDO-CÍCERO. Introdução. In: *Retórica a Herênio*. Trad. e introd. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 11.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 67.

²⁰ Idem, ibidem, p. 69.



FIGURA 1 - Alegoria da História. Cesare RIPA,
Iconologia. Padiva, 1603.

A primazia de “poer em escrito” as coisas passadas, segundo João de Barros, era encargo do qual se exigia os serviços dos melhores súditos. Na demonstração de que a reputação de letrado da qual dispunha era reconhecida na dádiva del-Rey em lhe oferecer préstimos para a escrita das histórias da Ásia, Barros, fundamentando ao interlocutor do prólogo de sua crônica, o rei D. João III, os motivos que o levavam a “lavrar as letras dessa história”, emendava, advertindo sobre as dificuldades que a empresa da “história de Ásia” trazia ao letrado que quisesse prover o reino de boa e duradoura memória:

E estando pera abrir os alicerces deste grande edificio, co o fervor da idade & favor das palavras de confiança q se de mi tinha: approuve Deos levar el Rey áquelle celestial assento, que se dá aos cathólicos e christianíssimos Principes, co q fiquei suspenso desta empeza. Socedendo também logo vossa Alteza proverme dos officios de thesoureiro da casa da Índia & Mina, & depois de feitor das mesmas casas, carregos que com seu pezo, fazem acurvar a vida, pois levão todos os dias della, & com a ocupação e negócio de suas armadas & commercios, afogão & cattivão todo liberal engenho. Mas parece que assi estava ordenado de cima, que

não somente me coubesse per sorte de vida, feitorizar os commercios de Africa & Asia, mas ainda de escrever os feitos, que vossos vassalos na milícia & conquista dellas fizerão. Estando Sua Alteza em Evora o anno de quinhentos e vinte, lhe apresentei um debuxo feito em nome de Vossa Alteza, porque co este título ante elle fosse accepto. O qual debuxo não era algua vatrachomiomachia, guerra de rãas & ratos, como fez Homero, por exercitar seu engenho, ante que escrevesse a Guerra dos Gregos & Troyanos: mas foi hua pintura metafórica de exércitos, & vitorias humanas, nesta figura racional do Emperador Clarimudo, título da traça (conforme a idade que eu então tinha) a fim de aparar o estilo de minha possibilidade pera esta vossa Asia. A qual pintura, por ser em nome de vossa Alteza, assi contentou a elRey vosso padre, depois que soube ser imagem desta que ora tracto, que logo me pagou meu trabalho: dizendo haver dias que desejava ver estas cousas das partes do Oriente serem postas em escriptura, mas que nunca achara pessoa de que o conifasse, que se eu me atrevia a esta obra, (como o debuzo mostrava) o meu trabalho não seria ante ele perdido (BARROS, 1628: 10)²¹.

A tópica que aparece nessa passagem demonstra a relação indissociável para a disponibilização de um caráter para os historiadores - como se verá adiante -, na qual a ocupação do letrado, entre os negócios do reino e os estudos das artes liberais, indica a maturidade, equilíbrio entre as paixões naturais e ação racional, garantidoras, dentre as práticas de representação, da honestidade que torna credível o narrador. Na sequência, o cronista continua, amplificando a imagem de letrado:

Determinei, por se não dilatar este desejo q vossa Alteza tinha, & eu pagara confiança que elRey de mim teve, repartir o tempo da vida, dando os dias ao officio, & parte das noites a esta escriptura de vossa Asia: & assi compri com o regimento do officio, & com o desejo que sempre tive desta empresa. E como os homes pela maior parte são maes prontos em dar fructos voluntários, que os encomendados, imitando nisto a terra sua madre, a qual He mães viva, a qual he maes viva em dar as sementes que nella jazem per natureza, que as que lhe encomendamos per agricultura: *parece que me obrigou a ella a que patrizasse, & que per diligência prevalecesse mães em mim a natureza que della tenho, que quanto outros tem recebido per obrigação de officio, profissão de vida & agricultura de beneficios.* Pois não tendo eu outra causa maes viva pera tomar esta empreza, que hum zelo da glória que se deve a vossas armas, & fama a meus naturaes, que militando nellas, verterão seu sangue & vida, fui o primeiro que brotei este fructo de escriptura desta vossa Asia, se he licito,

²¹ João de Barros. Prólogo. *Ásia. Década primeira. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente* [1552]. Lisboa: impresso por Jorge Rodriguês, 1628, p. 10. Na continuação da citação, o cronista escreve: “Porque correndo o tempo, & achando eu entre alguas cartas que elRey vosso padre ante de minha offerta, tinha escrito a dom Francisco d’Almeida & a Affonos de Alboquerque, que coquistarão & governarão a Índia, encomendandolhe que meudamente lhe escrevessem as cousas & feitos daquelas partes, com tenção de as mandar poer em escripto., & que vossa Alteza com a mesma tenção no anno de quinhentos & trinta e hum, também o escreveu a Nuno d’Acunha, que naquele tempo a governava, mandandolhe para isto regimentos feitos per Lourenço de Caceres, a quem tinha encomendado a escriptura destas partes, o que não ouvve effeito, & seria per ventura por elle fallecer”, p. 9-10.

por ser *de arvore agreste, rústica e não agricultada*, poder merecer este nome de fructo ante vossa Real Magestade (BARROS, 1628: 10).

Da tópica da maturidade à referência humilde de sua obra como “árvore agreste, rústica e não agricultada”, o cronista encena, para uma recepção consciente dos artifícios da representação, o jogo entre a necessidade de histórias que pusessem em memória os feitos do reino e o desejo “que sempre [teve] desta empresa”, prevalecido no autor por zelo à nação e às letras, afastando quaisquer acusações de fazê-la por “obrigação de ofício” ou “agricultura de benefícios”. Em outra perspectiva, apresenta à recepção de sua defesa e justificação das histórias da Índia, as virtudes do gênero ao qual lhe cumpre dar forma à memória da nação.

Todallas cousas, muito poderoso Rey & senhor nosso, tem tanto amor à conservação de seu próprio ser: que quanto lhe é possível, trabalhão em seu modo per se fazerem perpetuas. As naturaes, em que somente obra a natureza, & não a industria humana, cadahua dellas em si mesma tem huma virtude generativa, que quando devidamente são despostas, ainda que periguem em sua corrupção: essa mesma natureza as torna renovar em novo ser, com que ficão vivas & conservadas em sua própria espécie. E as outras coisas que não são obras da natureza, mas feictos e actos humanos, etas porque não tinham virtude animada de gerar outras semelhantes a si, & por a brevidade da vida do homem, acabavão com seu autor: os mesmos homes per conservar seu nome em a memoria dellas, buscarão hum divino artifício, que representasse em futuro, o que elles obravão em presente. E ainda quis que este modo de elocução artificial das letras, per beneficio da perpetuidade precedesse ao natural da fala. Por que esta, sendo animada, não tem mães vida que o instante de sua pronunciação, & passa a semelhança do tempo que não tem regresso, & as letras, sendo huns caracteres mortos, & não animados, cothen em si espírito de vida, pois a dão acerca de nós todas las cousas [...] e as fazem passar em futuro com sua multiplicação de annos em annos, per modo mães excellente, do que faz a natureza²². E porque o fructo destes actos humanos he mui diferente do fructo natural, que se produce da semente das cousas, por este natural fenecer no mesmo homem, pera cujo uso todas forão criadas, & o fructo da obra delles he eterno, pois procede do entendimento & vontade, onde se fabricão & acceptão todas, que or serem partes espirituais, as fazem eternas: fica daqui a cada hum de nós hua natural & justa obrigação, que assi devemos ser diligentes e sollicitos *em guardar em futuro* nossas obras, pera com ellas aproveitarmos em bom exemplo, como prontos e constantes na

²² Idem, *ibidem*, p. 8. A passagem encena o provérbio latino “*verba volant, scripta manent*” – “as palavras voam, a escrita, ao contrário, permanece” - que, na tradição medieval, refere-se ao valor das letras e dos livros. A imagem aparece em outros autores como, por exemplo, Pier Paolo Vergerio, letrado italiano (século XV): “É que, a memória dos homens e aquilo que se transmite de boca em boca, pouco a pouco vai se esfumando, e no fundo dura quanto dura a idade de um homem só. Mas o que fica registrado, perpetuamente nos livros permanece”. *Apud*. TORRÃO, João Manuel Nunes. “Os prólogos de João de Barros: defesa de conceito e tributo à antiguidade”. In: *Ágora. Estudos clássicos em debate*, Lisboa, v. 2, 2000, p.144.

operação presente dellas, pera commum e temporal proveito de nossos naturaes (BARROS, 1628: 8).

Artifício de palavras que, segundo Barros, tem em sua causa eficiente e final, à diferença das coisas “naturaes, em que somente obra a natureza”, a possibilidade de eternizar as verdades dos acontecimentos, difundi-las no tempo e assegurar a perenidade da memória com ensinamento moral, útil e exemplar. A história, na visão do cronista, relata ações fruto do entendimento – da racionalidade e intencionalidade – dos sujeitos. O que não sendo obra do acaso, mas da necessidade, da virtude e da “natural afeição” que cada sujeito devota à conservação de si e do mundo vivido, tornaria por “justa obrigação”, que se “guardasse em futuro” as obras humanas. Para Barros, a conservação em futuro dos acontecimentos passados sintetizava a preocupação cristã com a presença da bestialidade humana e a perpetuação dos modelos de vida de prudência, com os quais, nas funções de homem público e cronista do reino, representava o exercício do caráter.

2.2. Livros e homens estão em toda parte.

Quando chegou a Lisboa, por volta do final do século XV, Valentim Fernandes buscava as condições específicas e especiais que a monarquia portuguesa poderia lhe oferecer naquela ocasião para a prossecução de seus empreendimentos editoriais. A ausência quase que absoluta de livreiros e impressores regulares no reino, excetuando-se as atividades de oficiais judeus de origem sefardita, cujas publicações versavam sobre obras destinadas a um público miúdo de leitores de livros religiosos, a corte portuguesa não contava com uma imprensa estabelecida. Fernandes, tendo passado por Sevilha, em 1493, antes de se dirigir a Portugal, conhecia a mentalidade ibérica e as formas monopolistas de inserção no insípido mercado de editores e, foi por conhecer as específicas formas de associação de corpos de ofícios na cultura ibérica, que pôde ingressar na atividade monopolista portuguesa, sob a proteção e confiança régia de D. Manuel, a quem interessava

manter uma imprensa oficial, assim como o controle e difusão de uma atividade moderna como a tipografia²³.

Embora não tenha sido fortuita a relação entre a chegada de Valentim Fernandes à corte de Lisboa e a autorização para seu estabelecimento no reino enquanto livreiro régio, a afirmação de um projeto imperial manuelino, que se delineia entre este período e as primeiras décadas do século XVI, supunha a aceleração de atividades culturais e eruditas ligadas às letras e sua difusão, sobretudo, àquelas letras destinadas ao esclarecimento das atividades mercantis e imperialistas portuguesas²⁴. Aliada à feitura das crônicas, a publicação de obras de caráter instrutivo e descritivos das atividades portuguesas no além-mar iniciam um período de grande influência sobre a atividade tipográfica portuguesa, ao mesmo tempo que reinos próximos como Castela e Inglaterra estabelecem suas primeiras publicações, destinadas a elucidar os processos de tomada e conquista nas guerras comerciais e atlânticas do período.

Enquanto agente interessado e de interesse para a Coroa portuguesa, Fernandes, cujo treinamento nas artes tipográficas vinha desde cedo, na Morávia, onde a expansão do mercado livreiro já havia àquela época tornado difícil a emergência de novos espaços de concorrência, ergueu, por fim, sua Casa Impressora em Lisboa, donde viriam a lume as preciosas edições traduzidas daquilo que podemos chamar de “letras das conquistas”: a transladação do livro de viagens do veneziano Marco Polo, em 1502, ao custo módico de cento e dez réis, reimpresso em 1518 e que, junto à *Geographia*, de Claudio Ptolomeu, publicada em 1520, em

²³ Ver HEITLENGER, Paulo. “O leão de duas caudas. A invulgar história de Valentim Fernandes, o tipógrafo morávo que foi pago em especiarias por imprimir as leis de um rei venturoso”, *Cadernos de tipografia e designer*, Lisboa, n. 13, 2008, pp. 10-15. A respeito do relato sobre a costa atlântica da América portuguesa, escrito pelo tipógrafo e comerciante Valentim Fernandes, em 1509, durante o período em que viveu em Portugal ver: AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. “A certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500”, *Textos de História*, Brasília, n.2, vol. 5, 1997, pp. 133-142. Sobre o desenvolvimento da arte tipográfica em Portugal, o livro de Artur Anselmo continua sendo a melhor referência para dados cronológicos e bibliográficos. ANSELMO, Artur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

²⁴ Em 1508, a administração régia providenciaria a regulamentação dos privilégios e liberdades concedidas a livreiros estrangeiros, tornando mais atrativo a entrada de mestres do ofício no reino. Os privilégios concedidos aos livreiros-impressores, conferiam estatuto de igualdade àqueles que eram usufruídos pelos Cavaleiros da Casa Real. Além de Fernandes, ao alemão Hermann von Kemmpen (Hermão de Campos), estabeleceu-se, em 1509, em Setúbal, onde publicou em sua oficina, os *Estatutos da Ordem de Santiago*. Em 1516, imprimiu, em associação a Valentim Fernandes, o *Compromisso da Confraria da Misericórdia*.

Lisboa, por outra casa impressora, formam o par de *best-sellers* do período manuelino. A publicação destas obras e a necessidade de reimprimi-las em um período de poucas décadas permite perceber a presença constante de referências tradicionais das letras antigas e medievais sobre o tópico da *viagem*, que deveriam ser atualizadas pelos leitores vulgares, mediante seu cotejamento às edições de autores contemporâneos, numa espécie de educação formal do público, na qual contavam obras de autores clássicos e seus sucedâneos portugueses.

Ao longo desse período, que recobre a publicação da *Crônica da Tomada de Ceuta* (1473), de Gomes Eanes de Zurara, até o ano de 1616, quando se publica em Goa, na Índia, o último volume da *Ásia*, de Diogo do Couto, os textos referentes às letras das conquistas portuguesas, singram fronteiras terrestres e marítimas, avançando sobre continentes nos quais são lidos e trelidos em idiomas os mais diferentes, criando imaginários de colonização ou de reação à presença ibérica, mas marcam, acima de tudo, a agudização de uma consciência temporal que difere em diferentes pressupostos da marca epistemológica da geografia e da história antigas, dando lugar a um saber prático, mas também erudito, que se esforçava por servir aos instrumentos cognitivos e estéticos que as transformações sociais e culturais do reinado manuelino exigiam: a formação de um *esprit de corps* hábil às atividades políticas e espirituais demandadas pela recente expansão, instruindo tanto para a vida cortesã quanto para as formações burocráticas do Estado, dentre as quais se incluíam a guerra, o comércio e a administração²⁵.

Na Lisboa Quinhentista, após as iniciativas empreendedoras trazidas por Valentim Fernandes, o negócio dos livros parecia granjear tanta rentabilidade quanto os negócios da pimenta e do gengibre – o que até certo ponto deve ser visto como procedente deste, visto que as atividades mercantis dos livreiros estabelecidos em Portugal iam muito além da confecção e venda de livros. Como mostra o próprio exemplo de Valentim Fernandes e outros tipógrafos importantes do século XVI no mundo ibérico, como os membros da família Craesbeeck, houve uma tendência, sempre crescente, de importação de capitais do mercado livreiro para mercados estruturais da vida econômica portuguesa, como a atividade mercantil nas feitorias

²⁵ Exemplo disso são as impressões de artes de gramática em *língua*, como as obras seiscentistas do jesuíta João Rodrigues, *Arte da Língua de Japam*, e a *Arte da Língua de Angola*, de Pedro Días, impressa em 1697, na qual se descreve a fonética e a gramática do quimbundo. Sobre as traduções e impressões de gramáticas ver: Ligia Bellini. “Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI”, *Revista Tempo*, Niterói, n. 7, vol. 4, 1999, pp.143-167.

coloniais, compras e vendas de direitos de exploração de rotas marítimas e investimentos líquidos na própria Coroa e seus territórios²⁶. Tal diversificação de investimentos, na qual o comércio e a expansão a tudo contaminavam, tornando cada negócio um veio afluente das carreiras da Índia, ilustra a ansiedade e agitação percebida e descrita pelos agentes coloniais e metropolitanos nas letras da fé, da guerra e da cultura humanista de maneira abrangente.

As operações de impressão, venda e compra de livros, no longo período desde a concessão do privilégio de impressor fornecido a Valentim Fernandes até meados do século XVII, durante a União Ibérica das duas coroas, revelam a complexidade do mundo das letras portuguesas, sua difusão, expansão, contração, seus movimentos de impressionante estreitamento com a vida espiritual e material da cultura humanista europeia e ibérica, além da afluência de obras dos mais variados modelos trazidas do Oriente para tradução e divulgação na cultura impressora portuguesa. Diogo Ramada Curto estima, por exemplo, o estabelecimento de cerca de 20 a 24 livreiros residentes em Lisboa, a maioria com sede na famosa Rua Nova, por volta da metade do século XVI. Neste local, os vulgares – como eram denominados os leitores não especialistas em letras – podiam adquirir um exemplar do primeiro volume da *Ásia*, de João de Barros, por um preço que poderia variar entre 500 e 800 réis, a depender do vendedor e das condições do mercado de papéis, o que em situações de crises eventuais poderia levar uma obra a custar até mesmo o dobro de seu preço habitual²⁷.

A questão do acesso aos livros, dado as estimativas feitas pelos historiadores quanto à cotação dos preços ao longo do século XVI, nos fornece mais pistas sobre

²⁶ Ver DIAS, João José Alves. *Craesbeeck, uma dinastia de impressores em Portugal: elementos para o seu estudo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

²⁷ As crises econômicas periódicas vivenciadas, sobretudo, entre os fins do século XV e meados do XVI, geravam curvas de preço ascendentes que provocavam enormes dificuldades para a aquisição de determinados bens essenciais às funções de estado e, no caso dos impressores, de matéria-prima para seu ofício. Outros fatores, além dos altos preços, também influenciavam na regulação dos mercados de papéis no reino. Em 1596, a Câmara de Vereadores de Braga, importante região de produção têxtil e papelaria, define algumas regras para a venda de papéis. Segundo os membros da Câmara bragaense, os papéis eram de “muy fraca qualidade” e não suportavam por muito tempo a tinta. Percebe-se, diante desta e outras determinações camararias de diferentes comarcas portuguesas, que a produção e uso de papéis no reino era objeto de vasto interesse já em meados do século XVI, visto que a celeridade das atividades burocráticas de Estado exigiam por demandas maiores de *mídias* volantes, como os papéis impressos e manuscritos. Ver OLIVEIRA, Aurélio de. “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, n. 3, vol. 8, 2007, pp. 25-28 e RUAS, João. “Notas para a história do papel em Portugal”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, vol. 33, 2014, pp. 31-37.

a cultura das letras portuguesas do que a investigação da circulação de manuscritos – os quais nunca deixaram de existir paralelamente ao mercado de livros impressos. Na história da circulação desses livros é preciso se contar muito mais do que as ações de compra e venda, pois sendo alguns objetos de luxo, no caso dos relativamente caros para o acesso geral, as transmissões compostas por processos de herança ou mesmo as vias ilícitas do contrabando e da pirataria, fornecem pistas das maneiras como a leitura e a difusão do livro impresso foi compondo um público – pequeno e, muitas vezes, habituado às práticas orais e coletivas de leitura – nos primórdios dos tempos modernos.

Isabel Drumond Braga, utilizando fontes e dados coletados por Vitorino Magalhães Godinho e António de Oliveira Marques para a história dos preços em Portugal nos séculos XV e XVI, confirma a hipótese de que, mesmo populares, as narrativas de além-mar não ofereciam acessibilidade módica à clientela dos livreiros da Rua Nova. Os adquirentes de livros de quaisquer naturezas podiam pagar valores próximos a 40 e 50 réis por um livro de tamanho pequeno, enquanto obras maiores, em volume e altura, como era o caso das crônicas, poderiam corresponder a quase 1500 réis. Com dados específicos para a segunda metade do século XVI, Isabel Braga conclui que uma obra de pequeno porte poderia equivaler duas vezes mais do que um arrátel de arroz – isto é, 456 gramas de grãos. Outrossim, obras de melhor qualidade visual e de volume de páginas não excedente a quatrocentas folhas permitiam a taxação de preços que não superavam o valor de certos temperos, como o azeite, de largo cultivo e base da economia agrária de exportação do reino (BRAGA, 2001: 490).

A comparação dos valores respectivos dos livros em formatos distintos com a curva de preços alimentícios, embora aproximativa de uma realidade do mercado de livros portugueses, ainda se mantém insuficiente para a compreensão da circulação monetária do livro como mercadoria, visto que, tanto por ser uma atividade concessionária e regulamentada pela Coroa, quanto uma atividade afim ao comércio de especiarias e capitais ligados às explorações dos territórios ultramarinos, a precificação das obras cabia, em última instância, aos censores

régios, que autorizavam ou recusavam a licença de impressão dos livros considerados impróprios à divulgação²⁸.

Além da circulação de obras sobre as conquistas portuguesas no mercado editorial do reino, a presença dessas obras parece ter contaminado a realidade tipográfica da cultura humanista europeia desde os primeiros anos dos Quinhentos. Através da atualização dos cálculos realizados pelo historiador Jorge Borges de Macedo nos anos 1960, Ana Paula Menino Avelar demonstra o papel privilegiado das letras das conquistas portuguesas na geografia da circulação de impressos entre o público culto e vulgar de leitores na Europa. Entre 1501 e 1550, foram impressos nas tipografias estrangeiras um total de 224 obras, sendo 114 delas sobre relatos das conquistas, uma porcentagem de 53% do total de livros impressos. Do total dessas obras publicadas, 71 foram impressas em latim, 1 em português vernáculo e 42 em idiomas estrangeiros, como espanhol, italiano, francês, inglês e alemão (AVELAR, 2000: 153).

Dessas publicações, Avelar ainda localizou, em números, as regiões nas quais os relatos das conquistas portuguesas lograram alcançar impressão: entre 1501 e 1550, 84 obras foram publicadas na França, sendo o maior número de publicações entre a década de 1540 e 1550, totalizando 33 títulos. Nos reinos e principados italianos, foram 71 obras; 33 títulos impressos na Espanha; 32 obras traduzidas e publicadas em Flandres; 29 títulos portugueses publicados em cidades alemãs; 11 obras nas cidades suíças; e mais 10 títulos publicados em outras regiões, em períodos alternados, sem quaisquer regularidades. Destes, contam-se 1 título para o quinquênio de 1505-1510; 4 obras entre 1511 e 1515; 3 impressões entre 1531 e 1535, e mais 2 títulos, publicados no ano de 1540 (AVELAR: 2000: 154). A análise operada pela historiadora avalia meramente o caráter quantitativo dos

²⁸ A partir de 1536, todos os livros impressos em Portugal eram obrigados a receberem autorização formal dos órgãos de censura para poderem circular no reino e nas colônias. Em alguns períodos havia a necessidade de uma tripla autorização: régia e eclesiástica, sucessivamente. Os censores não apenas indicavam os erros contidos nas obras as quais negavam a impressão, como assinalavam certas características que as tornavam apropriadas à publicação e leitura, fornecendo pistas para uma história da crítica moderna e suas tipologias. No parecer de aprovação de impressão da segunda edição da *Ásia*, de João de Barros, em 1628, o Bispo Inquisidor Geral, D. Jorge Cabral, salientava nela não haver encontrado coisa alguma que fosse contrária a “nossa santa fé & bons costumes, antes he obra digníssima de se estampar mil vezes, & se conservar & ler, não só nestes Reynos, mas em todo o mundo”. Sobre o ofício de censor no mundo português, ver ABREU, Márcia. “Censura e crítica: reações de um professor de retórica e poética à leitura de um romance”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo – USP, n. 8, 2006, pp. 113-128.

livros circulantes na Europa, sob a categoria “letras das conquistas”, não sendo possível averiguar, portanto, a diversidade dos títulos divulgados alhures a Portugal. Provavelmente, aquilo que se condensa sob a variedade dos números acima, apresenta formas de narrativas e títulos os mais variados que não poderiam se reduzir às crônicas ou outros textos do gênero historiográfico, mas que deveria incluir, também, publicações diversas, tais como os relatos de viajantes portugueses e estrangeiros, cartas de marear, descrições geográficas, diários de bordo, obras de caráter náutico e técnico, topografias de regiões ignotas, livros religiosos e, provavelmente, pequenas traduções de obras em língua gentil.

Porém, a divulgação das letras portuguesas das conquistas em idiomas estrangeiros, mesmo que servindo ao duplo propósito da política manuelina e joanina de legitimar a forma imperial de apresentação de Portugal aos seus vizinhos, e ao de polir as letras pátrias ao se inserir no mercado intelectual de obras e autoridades do humanismo cívico e cristão do continente, a presença concomitante de impressões de obras portuguesas ao longo da Europa no início da Era Moderna revela algo mais profundo e generalizante da cultura humanista do período e que escapa às tentativas políticas e diplomáticas, conscientes ou simuladas do reino português, de criar uma imagética de potência imperial global frente a uma Europa estilhaçada em guerras e sufocada por disputas internas, numa geopolítica nova e mais agressiva e, por isso mesmo, mais perigosa à soberania portuguesa.

O fascínio pela história e a voracidade com que obras do gênero foram lidas e comentadas ao longo do século XVI, impulsionava uma imaginação temporalizada da história e seus signos, com uma tal pressa de aprender, que não tardou a mostrar os efeitos deletérios da “enxurrada de livros” por todos os lados do mundo, provocando uma desorientação que buscava consolo na leitura dos livros antigos e modernos de história, como modo de afugentar a agitação dos sentidos. Na Europa, segundo Chantal Grell, tal agitação provocada pelas novidades dos livros e das informações proporcionadas pela difusão da tecnologia tipográfica, “estima-se em cinco mil as edições em incunábulo, antes de 1481; em mais de vinte mil a produção entre 1481 e 1500, com uma tiragem entre 200 e 500, que poderia chegar ainda a 1.500 exemplares antes do final do século XV” (GRELL, 2014: 79). Cada edição, multiplicada por 500 exemplares teria representado a profusão de 13 milhões de exemplares, para uma população que não ultrapassava a soma de setenta milhões. A partir do século XVI, tanto o número de edições quanto

de exemplares cresceu em escala geométrica, de trezentos a quatrocentos mil títulos para uma população total próxima a cem milhões de habitantes, por volta de 1600 (GRELL, 2014: 79).

A importância da atividade impressora na Europa de Quinhentos, mas, sobretudo, para Portugal, não poderia ser medida apenas através dos números atingidos em publicações, senão que na força que ela imprimiu à própria forma do pensamento humanista português e à governança dos espaços do império, conduzindo os ângulos do entendimento da recepção e dando forma à massa de informações e sentidos construídos ao longo do processo expansionista²⁹. Por volta de 1570, a Câmara de Lisboa redigiu o Regimento de Ofício dos Livreiros, que, semelhante ao Regimento dos Livreiros de Coimbra, de 1517, regulamentava e compilava leis consuetudinárias relativas às diferentes fases de produção dos livros, desde as condições para a implementação de uma mesa tipográfica no termo de Lisboa até a abertura de lojas para a venda de livros, incluindo os privilégios e liberdades da categoria de ofícios e restrições ao seu ingresso, como a averiguação de “limpeza de sangue”.

A regulamentação tardia não mudava as características dominantes presentes na atividade do ofício mecânico de impressor-livreiro, mas estabelecia ordenamento jurídico a um campo de trabalhadores, cuja ascendência social e política se via mais presente na face econômica do reino, exigindo, assim, critérios visíveis de distinção entre, por exemplo, operadores manuais e *mesteres*. A cultura dos livros unia letrados e impressores, que ocupavam cada um, por sua vez, posições diferentes, mas não divergentes no mundo dos homens de negócios de

²⁹ O número de obras impressas no reino e no Estado da Índia portuguesa permanece sem ter uma relação bibliográfica adequada, a despeito dos trabalhos realizados por Diogo Ramada Curto e Sanjay Subramanyan em artigos recentes. A impressão de grande número de livros, em sua maioria, de caráter religiosos e catequético, aponta para a formação de um público leitor temprano no reino e nas colônias asiáticas. Além disso, as traduções feitas de diversas obras quinhentistas portuguesas, tornam ainda mais problemática uma relação nominal exaustiva da circulação de livros impressos escritos em língua portuguesa na Europa moderna. Francisco Leite de Faria, em estudo bibliográfico sobre as obras publicadas em Portugal no século XVI, sumariza um número aproximado de mais de 300 livros impressos nos Quinhentos. Cálculo este que se apoiava na relação de livros realizada pelo Museu Britânico em 1966. Das obras publicadas no século XVI, Faria aponta haver 345 edições presentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Após a obra de Faria, publicada em 1979, desconhecemos estudo realizado no sentido de indicar o número de obras publicadas no Portugal Moderno à época das crônicas. Ver FÁRIA, Francisco Leite de. *Livros impressos em Portugal no século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1979. Sobre as traduções de livro portugueses nos séculos XVI e XVII ver LOPES, Marília dos Santos. “Portugal e a visibilidade do mundo (séculos XV e XVI)”. In: *Ao tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, 2006.

letras. A primeira publicação operada na oficina de Valentim Fernandes honrava sua posição social na ordem hierárquica de relação com a Coroa e revela o prestígio temprano que o famoso editor dispôs em suas relações de pertencimento à elite portuguesa, sendo feito sucessivamente escudeiro da rainha D. Leonor e membro cavaleiro da Casa Real.

A *Vita Christi*, primeiro livro ilustrado em cores a ser publicado em Portugal, em 1495, trazia as marcas da modernidade tecnológica das quais a Coroa esperava poder dispor para a divulgação de livros e instrução dos indivíduos a serem cooptados dentre as gentes nobres para o serviço da pátria. Mas terá sido na operação de impressão do *Marco Polo*, de 1502, que Valentim Fernandes teria definido os aspectos mais profundos da visão convergente de um perspicaz negociante de livros e manuscritos com a perspectiva da administração de um reino que, cada vez mais, percebia o sucesso das afluências do comércio com o Oriente em termos de soberania política e comercial exclusivas.

Um livro feito expressamente para circular entre as cidades portuguesas, com medidas aproximadas entre 30 e 40 centímetros, pouco número de folhas, tipografia gótica rotunda, em letras altas e de qualidade razoável para os padrões tipográficos incipientes do reino, *Ho Livro de Nycolau Veneto, trallado da carta de huu[m] genoes das ditas terras*, trazia na capa a esfera armilar, símbolo do reinado de D. Manuel, e ornamentos dourados com desenhos de motivos florais e zodiacais, assim como um dragão de duas caudas, marca tipográfica do impressor morávo, Valentim Fernandes. Na *Epístola sobre a trasladação do livro de Marco Paulo [...]*, o livreiro-impressor aponta alguns desdobramentos da política comercial dos sereníssimos príncipes e reis portugueses, assim como a ocasião para a publicação em *lingoagem* das viagens do veneziano Marco Polo, incluindo, assim, a publicação, dentro de um catálogo imaginário de celebrações das conquistas militares:

Vimos oje cousas maravilhosas. Luce v. capto. E quaaes som estas cousas maravilhosas Rey Illustrissimo que vimos oje y cada dia as vemos. Em verdade nõ podem ser outras maiores que as cousas nouas e maravilhosas das terras i gente noua e das suas cousas. E que cousas mães maravilhosas Rey Sereníssimo que vemos os vossos catholicos regnos, que antre os outros rpaãos [cristãos] era quase hus dos pequenos e alongao dos outros em os últimos fyms do mundo, assy que a penas os regnos alonguados delles tinham noticia. E agora som feito tam grandes, que nõ soamente ho vosso senhorio se estende em Europa e affrica, mas ainda já vosso nome grande sooa em Asya atee as postumeiras partes da Índia, assy

como em as inumeráveis províncias da Ethiopia, da qual a maior parte he em vosso senhorio, das prouincias da qual trazê ho mais fyno ouro que ha no mundo, e em tanta auondança que sobrepojasse a todolos outros reys. E onde em otros tempos os vossos regnos nõ foram sabidos já som conhecidas e soadas per todo ho mundo, y disso se teme os mouros, se espantam os Indianos, e todo o universo mundo se marauilha (FERNANDES, fl. 10: 1508).

Nos anos de sua atividade, que duraram entre 1494 a 1518, Valentim Fernandes conseguiu se estabelecer como o mais prolífico livreiro em Portugal, sendo sucedido no privilégio da impressão régia pelo tipógrafo francês Germão Galharde, em 1530, em cuja carta de concessão de benefícios e liberdades, D. João III estipulava “que goze de todos os privilégios e liberdades de que gozam os meus officyaes mecânicos, e asy que nam lhe seyam tomadas d apousemtadouria pera nehuas pessoas que seyam as casas em que ele vyuer e morar e em que tuer a tenda de seu officio”. A carta-privilégio veio quase uma década após Germão Galharde adquirir aos herdeiros de Valentim Fernandes seus instrumentos de tipografia e impressão. Da imprensa de Galharde saíram importantes obras do contexto de difusão e ensino da língua portuguesa, como o livro de Fernão de Oliveira, a *Grammática da lingoagem portuguesa*, de 1536, e o *Tratado da Sphera com a Teoria do Sol i da Lua*, em 1537, do matemático Pedro Nunes.

Na oficina, estabelecida em Lisboa, no início da década de 1520, Galharde imprimiu a *Crônica do Imperador Clarimundo* (1522), de João de Barros, e trabalharia junto ao eminente letrado em outras ocasiões, revelando que, no mundo dos negócios de livros portugueses, as operações de impressão podiam engendrar laços de confiança e amizade que ultrapassavam as características mais evidentes dos interessados nos ganhos pecuniários do ofício³⁰. Como mostrado quanto à figura de Valentim Fernandes, tratava-se do acúmulo de prestígio, e mesmo das conveniências trazidas às casas de impressão quanto à responsabilidade por levar

³⁰ Germão Galharde foi impressor de João de Barros durante todo o período de produção deste letrado, excetuando a impressão do *Diálogos da viviosa vergonha* (1535), realizada na imprensa régia, por motivos estratégicos feitos pelo autor para circundar a possível censura eclesiástica ao livro. Não deixa de ser curioso que aos letrados do século XVI, coubessem publicar seus textos em casas impressoras privadas, ao contrário do que se passava no século anterior, em que as crônicas deveriam vir com o selo de aprovação e *privança* real. Isso mostra algum tipo de especialização das funções de letrado e mercador-impressor de livros. Sobre as relações de amizade e poder entre os membros do corpo social português no século XVI, ver FERREIRA, Suzanna Humble. *The Crown, the court and the Casa da Índia. Political centralization in Portugal, 1479-1521*. Leiden: Brill, 2015.

certos tipos de obras ao prelo. A Galharde, João de Barros confiou os planos de impressão dos três volumes de sua crônica das conquistas portuguesas no Oriente, projeto que durou mais de uma década e, possivelmente, deve ter sido economicamente menos frustrante para o livreiro do que para o autor que, na metade da década de 1560, acumulava dívidas impagáveis junto aos seus sucessivos credores.

Por outro lado, o comércio impressor traria inequívocos problemas aos governos reais europeus. Portugal não tardou em estabelecer políticas exclusivas de censura às obras, nesse sentido estrito. O ofício de censor régio, a quem cabia ceder a autorização do Paço àqueles que pretendiam levar seus escritos ao prelo se juntava à operação, de igual caráter, promovida, após 1539, por eclesiásticos diretamente vinculados à Inquisição. No decorrer das décadas de 1540, 1550 e 1560, inúmeros autores seriam considerados inapropriados e, seus livros, proibidos de circularem. Isso geraria estratégias de acondicionamento, por parte dos autores, em torno as novas condições de impressão sob a censura vigente. António Borges Coelho sintetiza com sutileza a maneira como o novo clima intelectual português desse período geraria posturas distintas entre letrados e leitores. Ao passo em que João de Barros mobilizaria seu capital social, diz o autor, inclusive antecipando-se aos censores, buscando imprimir seu *Diálogo da viciosa vergonha* (1535) na Imprensa Real, diretamente vinculada ao Paço Régio, homens de grande prestígio, como o embaixador e cronista Damião de Góis, sofreriam diversos infortúnios, no que diz respeito às suas obras e à sua liberdade, devido às regulares acusações de heterodoxia religiosa, sofrida por parte dos homens da carreira de letras.

Para a historiografia portuguesa, desde a inserção dos privilégios inquisitoriais no reino, na década de 1530, a política cultural do reinado de D. Manuel I teria passado por um influxo, no qual as incertezas sobre o processo de produção do regime letrado humanista português seria abocanhado pelas novas regras de impressão, de alçada do domínio religioso. Elementos então considerados heréticos, tais como as incisivas críticas à Igreja feitas por João de Barros em suas obras do período de 1530 e 1540, consideradas pela censura como de influência erasmiana, passariam a incorporar o Index de livros proibidos e surtiriam efeitos nada desprezíveis sobre a prudência do letrado, na redação de suas futuras obras. Num espaço literário, onde a imagem social do autor se reporta à fortuna de seus escritos e vice-versa, Barros logrou burlar situações de possíveis indisposições

quanto à circulação de seus textos. Sua trajetória parece interessante, ao ilustrar vínculos de amizade e afeto, na teia de relações de dominação entre vassalos e soberano, que contraditam as trajetórias de diversos outros letrados e funcionários régios contemporâneos.

E quanto aos malefícios da proliferação dos livros, algo que não escaparia às letras dos próprios autores da época, a censura à disseminação do papel impresso não deixaria de ser tematizada pelo próprio cronista. O problema havia se tornado proporcionalmente inverso àquele da Idade Média. Se naquela, havia uma ausência permanente do livro impresso, os primeiros anos do século XVI haviam trazido uma “enxurrada de livros”. Antonfrancesco Doni, letrado italiano, respondia à impertinência da massa indefinida de livros e autores, em 1550, queixando-se da dificuldade e exaustão provocadas pelo número crescente de títulos quanto ao tempo disponível para que se pudesse lê-los, e João Calvino se referiria à mesma situação, dizendo que os livros haviam se tornado numa “floresta”, na qual os leitores se perdiam (CHARTIER, 2002: 175).

A proliferação de livros suscitava a dúvida sobre a credibilidade das informações e, pelo teor da crítica de Barros, no prólogo da *Terceira Década da Ásia*, também tinha a ver com a incapacidade generalizada de interpretação das obras, o que levaria o autor a fazer uma distinção conceitual entre tipos diferentes de narrativas, a histórica e a “fantasiosa”, numa espécie de antecipação dos critérios observados no fenômeno político do século XVII, que Luiz Costa Lima denominou como o “controle do imaginário”. Essa crítica envolvia a promoção de critérios retóricos e estilísticos, mas também de método, cabíveis à dotação de veracidade às narrativas históricas, e a consequente tematização do *embuste* e da “mentira” de historiadores estrangeiros – especialmente das narrativas hispânicas – quanto à qualidade dos feitos portugueses nas conquistas orientais.

A declinação da operação historiográfica em duas vertentes: uma, dedicada à explanação dos critérios de verificabilidade das histórias verdadeiras, através de estratégias retórico-poéticas e recursos de prova material; outra, vinculada a desacreditar argumentos e discursos alheios, que chamarei de *tricksters*, apresentava a face dupla da historiografia quinhentista – narrativa que se devia provar verdadeira e, ao mesmo tempo, investida de verdade, por se tratar de relato que se confundia com as próprias realizações da nação portuguesa. Como se vê, questões de método e funções de representação do Império, convergiam, na

formulação daquilo que Barros chamou de *história pátria*, adensando-se à continuidade ininterrupta de narrativas e informações contidas nas *histórias-mundo*, gênero de história e de leitura do próprio universo temporal e espacial contemporâneo aos autores.

2.3. Escrevendo a história das conquistas no Oriente.

Os relatos de viajantes e as narrativas de lugares são dois gêneros de popularidade difusa e abrangente, que interessavam tanto ao público vulgar quanto aos públicos especializados da administração portuguesa nas áreas coloniais e aos letrados. De variados relatos às escrupulosas notícias do desenho geográfico do novo mapa-múndi, o *topos* da *viagem* sofreu modificações decisivas para o alargamento da auto compreensão temporal e espacial que os autores da Primeira Modernidade puderam descrever em suas obras, jogando e, ao mesmo tempo, sendo jogados pela tensão entre experiência e expectativa, entre passado e futuro, correspondentes aos novos horizontes do comércio global português³¹. Os usos vulgares e eruditos de obras antigas e medievais sobre a circulação de indivíduos e objetos ao redor do mundo conhecido havia se modificado paralelamente às mudanças na concepção geográfica, alargando as partes do mundo e separando-as do imaginário religioso-medieval, fazendo, desse modo, surgir o relevo de espaços e territórios irreconhecíveis aos olhos do cânone de autoridades clássicas e patrísticas.

A desorientação representacional da geografia recentemente mapeada pelos cartógrafos e homens do mar, nos séculos XV e XVI, teria gerado demandas narrativas por um deslocamento da linguagem geográfica, que exigia o ensino e

³¹ Ver GONÇALVES, Íris. “Viajar na Idade Média através da península em meados do século XIV”, *Arquiélagos*, Cabo Verde, 1980, n. 2, pp. 119-142; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. “Narrativas e literatura de viagem na Idade Média”, *Revista Helikon*, Curitiba, 2014, n. 2, vol. 2, pp. 114-125; FRANÇA, Susani Silveira Lemos de. “De um falsário a outro, de patranhas viajeiras a legados críveis (século XV)”, *História (São Paulo)*, Franca, 2015, n. 1, vol. 43, pp. 92-108; BINNEY, Matthew. “The rhetoric of travel and exploration: a new ‘nature’ and other in Early to Mid-Eighteenth-Century English travells collections”, *Revue Lisa E-Journal*, 2015, n. 3, vol. XVIII; MAJESKA, George. *Russian travellers to Constantinople in the Fourteenth and Fifteenth centuries*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1984.

divulgação entre elites senhoriais, homens de comércio e burocracias dos reinos europeus, dos novos signos da *imago mundi*. Mais do que o papel desempenhado pelo desenho cartográfico do *orbis terrarum*, em dimensões proporcionalmente realistas àquilo descrito por viajantes, comerciantes, marinheiros, “lançados” e oficiais de Estado, a propagação do relato escrito e impresso de narrativas, cujas descrições, meticulosamente comprometidas com a representação de espaços, lugares e sujeitos, mas também meticulosamente comprometida com “efeitos de verdade”, proporcionados pela poética do pensamento retórico e dos *topoi*, eram tão importantes quanto as representações visuais cartográficas para a educação moral e instrutiva do olhar dos leitores.

Há, por isso, uma distinção de nível retórico e de potência persuasiva entre o cartógrafo e o tratadista/cronista. Em termos emprestados às poéticas e retóricas emuladas no período a que se refere este estudo, trata-se de compreender que a *pintura com as palavras* surtia efeitos de maior magnificência e admiração do que a mera *pintura* (ou desenho). E nesse largo flanco comercial, aberto a livreiros e letrados, as negociações entre experiência e expectativa, entre tradição e novidade, foram feitas através de uma política cultural de resgate e difusão impressa de textos proeminentes no imaginário medieval português e ibérico, mas que lidos no decorrer do século de quinhentos, imprimiria outros significados eruditos, lúdicos e morais aos públicos de corte e aos comuns.

Em 1520, uma tradução do *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo, feito por Gomes de Sancto Estevam*, surgiu na imprensa de Sevilha e tornou-se muito popular nos reinos de Espanha e Portugal. O livro narrava a trajetória das viagens promovidas por D. Pedro, conde de Barcelos, nos anos de 1425 a 1428, pelos reinos da Europa, percorrendo, sucessivamente, Londres, Bruges, Veneza, Roma, Paris, territórios da Alemanha, Hungria, Espanha, o Império Turco-Otomano e a Terra Santa, Jerusalém. A narrativa emulava *topoi* das “peregrinações” medievais, mas também sinalizava para a vocação informativa e descritiva das realidades culturais, políticas e econômicas dos grandes centros europeus³².

³² Sobre a inserção do livro de viagens do infante D. Pedro na cultura letrada portuguesa, ver EARLE, Tom. “The Portuguesees *best-sellers* in Early Modern Oxford and Cambridge”. Comunicação. Oxford: St. Peter College’s, disponível online em: <https://goo.gl/xHFx2r>; SIMÕES, Manuel. “A viagem a Itália do infante D. Pedro, o das ‘sete partidas’”, *Estudos italianos em Portugal*, 2015, n. 10, pp. 27-35; SANCHÉ-ELLEZ, María Victória Navas. “*Falsos amigos y*

No primeiro capítulo, o escriba-secretário de D. Pedro, Gomes de Sancto Estevam, reproduz a voz narrativa que viria a ser emulada nas narrativas quinhentistas, a do ponto de vista do viajante- testemunha:

Tendo determinado de hir ver as sette partidas do mundo, sahio hum dia á tarde, com os seus, estando em Barcellos, que foram sette dias depois de ter companhia, para hir saber as partidas do mundo: & então se lhe offerecerão muitas, para hir com ele: & nam quis levar cõsigo, senão doze companheiros, em lembrança dos doze apóstolos, & com ele treze, como nosso senhor Jesus Christo com seus discípulos (SANCTO ESTEVAM, Lisboa, 1644, p. 6).

Possivelmente, a inspiração para a escrita dessa obra tenha vindo da leitura de edição italiana do livro de viagens de *Marco Polo*, o qual o conde de Barcelos, em estadia em Veneza, poderia ter encomendado, levando consigo para Portugal. Isolados os aspectos rotineiros e descritivos das viagens, o escriba responsável pela redação do texto optara por uma narrativa econômica na ordem dos encômios e mesmo na abrangência descritiva dos povos e lugares, revelando a penúria dos limites da representação quatrocentista, ainda bastante marcada pela conformação visual bíblica.

Restando a ausência de informações geográficas sólidas para a orientação do leitor, a convergência entre a indeterminação dos espaços e a brevidade temporal dos percursos – lugares que eram logicamente distantes tornam-se contíguos -, resgatava aquilo que, correspondendo às expectativas do público, dentro das possibilidades de representação do maravilhoso e honesto, admitia a existência dos espaços quando respeitados os saberes partilhados da história do mundo retirados ao Livro do Gênesis (SCAFI, 2015: 408). Ainda que se tratasse de uma narrativa de viagem através dos espaços geográficos da Cristandade e do Oriente Próximo, a relação dos *loci* retóricos empregados no texto consagra o espaço deambulatorio do conde de Barcelos e sua comitiva dentro das concepções do ecúmeno cristão.

Mas, diante da explosão de livros impressos sobre roteiros de viagens e de crônicas, nas quais eram explicitados, em pormenores, desde os regimes marítimos das monções às redes fluviais e diversidade ambiental de reinos africanos, indianos, chineses e do Extremo Oriente, o *Livro das sete partidas* parece ter se destacado

verdaderos amigos en el Libro do Infante D. Pedro de Portugal (1644)”, *Revista de Filología Románica*, 2005, n. 22, pp. 59-95; FERRO, Carolina Chaves. “A livraria de D. Duarte (1433-1438) e seus livros em *linguagem*”, *História & Cultura*, Franca, 2016, vol. 5, n. 1, pp. 129-149.

mais pela possibilidade de inclusão dos novos artigos impressos em uma tradição do gênero de *viajantes*, conferindo, assim, uma continuidade histórica às narrativas, do que por sua capacidade de representação do tempo e espaço do mundo. A publicação em versão portuguesa sairia à luz apenas na metade da década de 1550, um período de grande prestígio para as narrativas sobre o Oriente e para as histórias das conquistas. Em 1551, Fernão Lopes de Castanheda publicava, em Coimbra, na oficina de João da Barreira e João Álvares, o primeiro volume da *História da conquista da Índia pelos Portugueses*; no ano seguinte, em Lisboa, sob a impressão de Germão Galharde, a Primeira Década da *Ásia*, de João de Barros chegaria às tendas dos livreiros e, em 1553, ambos os cronistas publicariam os volumes dois e três de seus respectivos livros.

A essa mesma época, António Galvão, cronista e administrador colonial nas feitorias portuguesas do Pacífico, concluía o manuscrito do *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*, cuja publicação demoraria ao menos uma década para vir a termo. Nesta obra, a inflexão do paradigma geográfico, visível no livro de viagens das *Sete Partidas*, atualiza os saberes modernos das navegações portuguesas perfazendo uma apresentação tanto mais impressionável quanto erudita das gentes e terras desbravadas por portugueses e espanhóis, seus contemporâneos. Submerge no tratado duas vozes distintas e operativamente indistinguíveis para as letras ibéricas dos quinhentos, a voz rememorativa do historiador e a voz ativa do cartógrafo. Em ambos os casos, os instrumentos retóricos são organizados em modo de narração para assegurar a autoridade da testemunha-cronista e o aspecto vivencial – e, por isso mesmo, admirável, - daquele que transforma em narrado a própria experiência colonial, implicando na escrita da *história das conquistas* um caráter temporalmente simultâneo, que resiste e persiste além e aquém da diacronia.

Dividida em duas partes, *Tratado dos descobrimentos em diversos annos, e tempos, em quem forão os primeiros que navegarão* e o *Tratado dos descobrimentos das Antilhas, e Indias pollos Espanhoes feitas*³³, a obra procurava colocar em perspectiva as temporalidades do mundo e das partes habitadas, numa

³³ Ver DANFORTH, Sarah e FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. *Vasco da Gama and the age of Portuguese expansion*. Providene: The John Carter Brown Library, 1998; OOLIVEIRA, Aurélio de. *A viagem do Gama nas crônicas do reino*. Porto: Universidade do Porto, 1998; MOSER, Gerald. "The portuguese adventurers (history, fiction, reality), *Terra Roxa e outras terras, revista de estudos literários*, Londrina, 2009, vol. 15, pp. 115-133; MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império. Portugal e seu mundo (séculos XV-XVIII)*. Porto: Universidade do Porto, 2012.

imagem total dos descobrimentos modernos, a partir de um modelo fragmentário que, aos poucos, ia adquirindo um semblante. Tal noção de um conhecimento cumulativo, revelado pelos descobrimentos *nos diversos annos e tempos* é reforçada desde as primeiras linhas da obra, onde Galvão afirmava o propósito de seu empenho acerca do tema,

Querendo ajuntar alguns Descobrimientos antigos, e modernos, que por mar, e terra são feitos, com suas eras, e alturas [como são duas cousas tão dificultosas] achei-me tão confuso com os Authores deles, que determiney desistir do tal proposito. Porque os Hebreos dizem que da Creação do Mundo ao Diluvio houve 1656 annos. E os setenta Interpretes 2242. Santo Agostinho 2260 e tantos. E assi nas alturas há muitas differenças: porque nunca se ajuntarão em huma Armada de dez Pilotos até cento, eu huns não estivessem em huma altura, e outros em outra.

Mas por ser emmendado de outros q o melhor entendão, me despuz a fazer isto, ainda que alguns digão que o Mundo foy já descuberto, e possão alegrar pera isso, que assi como foy povoado, podia ser frequentado, e navegado. E mais sendo os homens daquella idade de vidas mais compridas, leys, linguagens, quase todas humas. Outros tem disto o contrario, que dizem que não podia a terra ser toda sabida, e a gente, comunicada huma com a outra, porque quando fosse se perderia pola malícia, e sem justiça dos habitadores della.

E porque os móres descobrimientos, e mais compridos forão por mar feitos, principalmente em nossos tempos, desejey saber quaes forão os primeiros inventores disto depois do Dilúvio. Huns escrevem que os Gregos, outros dizem que os Fenícios, outros querem que os Egepcios. Os Indios não consentem nisso, dizendo que elles forão os primeiros, que navegarão, principalmente os Taibencos, a que agora chamamos Chins, e allegarão pera isso serem já senhores da Índia, até o Cabo de Boa Esperança, e a ilha de S. Lourenço, por ser povoada delles ao longo da praya, e os Jaos, Timores, Selebres, Macalares, Malucos, Borneos, Mindanaos, Luções, Lequios, Japoens, e outras ilhas, que ha hi muitas, e as terras firmes dos Cauchenchinas, Laos, Siames, Breimas, Pegus, Arracoens, até Bengala: e além disto a nova Hespanha, Perú, Brazil, Antilhas, e outras conjuntas a ellas, como se parecer nas feçoens dos homens, molheres, e seus costumes, olhos pequenos, narizes rombos, e outras proporçoens que lhe vemos. E chamarem ainda agora a muitas destas Ilhas, e terras Batoquinas, Bocoquinas, que querem dizer terras da China (GALVÃO, 1563: 2).

Note-se que o comentário do cronista acerca da inexatidão da datação quanto à origem dos primeiros navegadores maximiza a proximidade de povos e nações tão díspares quanto gregos e indianos, *civilizados* e *bárbaros*, na linguagem da Antiguidade, e que são cortados pela linha temporal cristã da Revelação, sob o evento do Dilúvio e da povoação posterior dos espaços. A ligação entre espaço e tempo, entre diferenças e semelhanças que provocam o olhar do cronista sobre as criações e desbravamentos marítimos dos povos da Europa, África e Ásia, que seguem ao longo da obra, desdobram referências de um intelecto que vai como que

associando, ao sabor das descrições corográficas e antropológicas do observado in loco, o tecido social e cultural de uma *mistura* de gentios que deixam de figurar sob as antípodas da *civilidade* e da *barbaridade*, ao menos de modo provisório. O movimento dinâmico das movimentações humanas, em terras, ilhas, cabos, istmos, angras e enseadas, “apartadas umas das outras” pela imensidão das águas do Mar Oceano, convertia em lugar-comum a ideia de uma *polis* universal, uma *politeia*, que, inspirado por Plutarco e Políbio, permitiam aproximações analógicas dos descobrimentos modernos com o império alexandrino e romano.

O jogo de referências e os truques retóricos de indexação dos descobrimentos no Tempo do Mundo se baseava, para António Galvão, na demonstração da dignidade *antiga* dos povos, e como todos eles partilhavam – embora por fontes diversas – do estabelecimento de esquemas de navegações e conquistas, numa espécie de prosa cumulativa que alterava e superpunha os lugares entre antigos e modernos. Melhor seria dizer, o veio de mar em que os *antigos* se encontravam *com* os *modernos*. Por isso, quando trata da povoação da Ibéria, Galvão antecipa um juízo positivo a seu respeito: “aquelles que de antiguidade se prezarão, dizem que no anno de 143 despois do Diluvio, viera Tubal por mar a Hespanha: por onde parece que já naquelle tempo se navegava a nossa Ethiopia”. Curiosamente, a relação tempestiva entre a conquista de Espanha e sua anexação à República Romana, nos séculos III e II a.c, vem seguida de uma sutil informação, que vieram os conquistadores através do mar mediterrâneo, “que já naquelle tempo se navegava a nossa Ethiopia”. O caso da conquista militar romana na península acaba por se esboroar diante da demonstração da “*nossa*” Etiópia, onde o pronome possessivo se empregava menos por excesso retórico, do que por revelação da toponímia circunscrita aos espaços imperiais ibéricos. “Nossa *Ethiopia*” sendo, portanto, metonímia dos *descobrimientos modernos*.

A relação entre passado e antiguidade move-se pelo presente e indica a possessão da África pelos europeus. Mas, avançando no tratado, as descrições especulativas acerca da ordenação do mundo pós-diluviano cede lugar à contemplação do mundo de especiarias, objetos, animais e sujeitos os mais variados. Da Índia ao Peru, António Galvão recolhe informações sobre as conquistas espanholas – o que pode ter garantido uma impressão tardia de sua obra no reino português -, informando do estado da conquista e das condições locais. Impressiona que nas cem páginas que compõem a obra, Galvão conseguisse

fornecer comentários acerca das quatro partes do mundo – a Oceania mantinha-se incógnita ao período – com sutileza e domínio irrepreensível. Navegando com naus espanholas os mares do Pacífico, assim descreve as ilhas – porque seu tratado demonstra enorme interesse por ilhas e arquipélagos, como se à diferença dos continentes, que eram poucos, a miríade de terras cercadas por mares fosse a verdadeira imagem do mundo³⁴ – da Nova Guiné:

Todas estas ilhas são de gentes pretas, cabelos revoltos, a que os Maluco chamão Papuas, os maes comem carne humana, grandes feitiçeiros, tão dados ao Diabo, que andão entrelles como companheiros, se acham hum só matanos às pancadas, ou o afogão, per onde não são ousados de andarem sós senão dous, ou três juntos. Há aqui huma ave do tamanho de um grou, não voa, não tem penas para isso, corre ha pé como hum veado, das penas delas fazem cabelos para seus Idolos, e assi há hua erva, que lavando com água quente qualquer membro do corpo, em pomdo a em cima lambendo cõ a língua, tirarão o sangue todo de uma pessoa, e com isso eles se sangrão. Destas Ilhas forão a outras [os espanhóis], que se chamão os Guedes, está em hum grao da parte do NorteLeste oeste com a ilha de Ternate em que está a Fortaleza portuguesa. Estes homens são bastos de cabelo corredio como os Maluquezes, estão estas ilhetas cento e vinte e quatro, ou cento e vinte e cinco legoas da ilha de Moro, e esta de Ternate quarenta até cincoenta, donde forão ter ao Moro e ilhas do Cravo, e andarã humas e outras, sem os da terra lhes deixarem tomar porto, dizendo que se fossem à Fortaleza, que acharião o capitão António Galvão, que os receberia com bõa vontade, que eles o não faruão sem sua licença, por ser pay da pátria (GALVÃO, 1563:84).

Entre as “sete partidas” e o “tratado de descobrimentos” de Galvão, o espaço e o tempo foram estilhaçados pelo trânsito das naus ibéricas. O relato medieval do infante apontava para uma semiótica do espaço plano da cosmografia cristã, os percursos terrestres, feitos em localidades sabidas e de grande referência no pensamento cristão e político medieval, tratava-se de uma viagem religiosa à Terra Santa. No relato de Galvão, a diluição das fronteiras e proximidades não garantia códigos seguros, o que o levava todo o tempo a apontar, ao modo de diário, a singularidade de cada passagem. Viajante diferente daquele das *Sete Partidas*, o mundo de Galvão aspira por uma forma que venha a ser representada. Diogo Ramada Curto e Luiz Felipe Thomaz³⁵ escreveram sobre o imaginário do arquipélago e das ilhas no pensamento do século XVI e suas representações nas

³⁴ Sobre esta questão ver RODRIGUES, José Damião. “The flight of the eagle: an island tribute to the Universal Iberian Monarchy at the End of Sixteenth-Century”, *e-JPH*, 2011, vol. 9, n. 2, pp. 1-34; GODINHO, Helder. “A ficção, o imaginário, a realidade”. In: *Da letra ao imaginário*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013, pp. 13-20.

³⁵ Ver THOMAZ, Luiz Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

letras portuguesas. Essa imagem ocupava a preocupação dos letrados e navegadores. Galvão inunda seu tratado de ilhas e franjas de terra, nunca observa com atenção sertões e interiores. O mundo compartilhado que aparece em seu livro, congrega uma humanidade que se desconhece mutuamente e habita espaços que só são comunicáveis pelas navegações.

Essa exigência de tráfego marítimo, concebida, segundo sua relação histórica e arqueológica de evidências bíblicas da disseminação dessa racionalidade e potência da arte de navegar entre todos os povos do globo, permite o reconhecimento de um novo lugar aos homens e a consagração de um novo modelo de experiência e de ordenação jurídico-política dos modos de governar: realizava-se a transferência da soberania e hegemonia territorial – do chão seco para os mares. Essa transição marcava uma nova ordem e um novo *regimen* às monarquias ibéricas. Possivelmente, este teria sido um dos principais interesses da tradução inglesa do *Tratado*, concluída no início do século XVII, e que teria grande serventia aos nobres e letrados ingleses na formação de uma utopia imperial, que os dirigia para as terras da América do Norte.